

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA EDUARDA DIAS DE OLIVEIRA

**FOME E QUESTÃO AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO PLANTIO SOLIDÁRIO/MST NA
ZONA DA MATA MINEIRA**

JUIZ DE FORA

2025

MARIA EDUARDA DIAS DE OLIVEIRA

**FOME E QUESTÃO AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DO PLANTIO SOLIDÁRIO/MST
NA ZONA DA MATA MINEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof. Dr. Monica Aparecida Grossi

JUIZ DE FORA

2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração
automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dias de Oliveira, Maria Eduarda.

Fome e Questão Agrária : A experiência do Plantio Solidário -
MST na Zona da Mata Mineira / Maria Eduarda Dias de Oliveira. --
2025.

75 f. : il.

Orientadora: Mônica Aparecida Grossi Rodrigues
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2025.

1. Questão Agrária. 2. Fome. 3. Modernização Conservadora. 4.
Soberania Alimentar. 5. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra (MST). I. Aparecida Grossi Rodrigues, Mônica , orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

| | |
|--|---|
| Discente | Maria Eduarda Dias de Oliveira |
| Matrícula Discente | 202119022 |
| Título do TCC | Fome e Questão Agrária: a experiência do Plantio Solidário - MST na Zona da Mata Mineira. |
| Natureza do trabalho | TCC |
| Curso | Serviço Social |
| Orientador(a) | Mônica Aparecida Grossi Rodrigues |
| Coorientador (se houver) | ----- |
| Data da aprovação | 19/03/2025 |
| Nome, titulação d[]s(as) componentes da banca | Mônica Aparecida Grossi Rodrigues - Doutora Elizete Maria Menegat - Doutora Michelle Neves Capuchinho - Doutora |

Aaprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 19 de março de 2025.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2301358** e o código CRC **38E36744**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Formato da Defesa: (X) presencial () virtual () híbrido

Ata da sessão (X) pública () privada referente à defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado Fome e Questão Agrária: a experiência do Plantio Solidário - MST na Zona da Mata Mineira, para fins de obtenção do grau de Bacharel em SERVIÇO SOCIAL, pelo(a) discente Maria Eduarda Dias de Oliveira (matrícula_202119022), sob orientação da Prof.(a) Dr.(a)_Mônica Aparecida Grossi Rodrigues, na Faculdade de SERVIÇO SOCIAL da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Aos 19 dia do mês de março do ano de 2025 , às 18 horas, na sala 9 da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), reuniu-se a Banca examinadora, composta pelos seguintes membros:

| Titulação | Nome | Na qualidade de: |
|-----------|-----------------------------------|------------------|
| Dra | Mônica Aparecida Grossi Rodrigues | Orientador |
| Dra | Michelle Neves Capuchinho | Membro da Banca |
| Dra | Elizete Maria Menegat | Membro da Banca |

*Na qualidade de (opções a serem escolhidas):

- Orientador (a)
- Coorientador
- Membro da banca

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

Tendo o(a) senhor(a) Presidente declarado aberta a sessão, mediante o prévio exame do referido trabalho por parte de cada membro da Banca, o(a) discente procedeu à apresentação de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação e foi submetido(a) à arguição pela Banca Examinadora que, em seguida, deliberou sobre o seguinte resultado:

(X) APROVADO

() REPROVADO, conforme parecer circunstaciado, registrado no campo Observações desta Ata e/ou em documento anexo, elaborado pela Banca Examinadora

Nota: 100

Observações da Banca Examinadora caso haja necessidade de anotações gerais sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e sobre a defesa, as quais a banca julgue pertinentes

Nada mais havendo a tratar, o(a) senhor(a) Presidente declarou encerrada a sessão de Defesa, sendo a presente Ata lavrada e assinada pelos(as) senhores(as) membros da Banca Examinadora e pelo(a) discente, atestando ciência do que nela consta.

INFORMAÇÕES

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de colocar o nome do curso, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 19 de março de 2025.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Neves Capuchinho, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Aparecida Grossi Rodrigues, Professor(a)**, em 20/03/2025, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eduarda Dias de Oliveira, Usuário Externo**, em 21/03/2025, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2301356** e o código CRC **AED9EA55**.

Aos camaradas do Plantio Solidário, que semeiam resistência, alimento e esperança. A cada semente plantada, reafirmamos a luta pela terra, pela soberania alimentar e pela transformação social. Sigamos firmes, pois a luta continua!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo aos meus pais, José Hélcio de Oliveira Júnior e Daniele Silva Dias, que me permitiram realizar o sonho de estudar em uma Universidade Federal. Mesmo que em muitos momentos eu não consiga estar presente, saibam que eu não consigo expressar a gratidão por todo o trabalho, tempo e saúde que vocês abdicaram para que eu pudesse estar onde estou hoje.

Agradeço às minhas amigas Clarissa, Duda, Marcelle e Ruth. Não sei o que seria de mim nesse curso sem vocês. Muito obrigada por todas as conversas no intervalo das aulas, lítroes em bares duvidosos, idas ao brechó e comentários ácidos sobre pessoas que desgostamos igualmente. Vocês tornaram esse processo menos solitário e assustador. É muito bom acompanhar e torcer pelo sucesso de vocês.

Agradeço ao meu amado e companheiro, João Henrique. Obrigada por estar sempre ao meu lado e me acompanhar por Angra dos Reis, Volta Redonda, Juiz de Fora, Goianá... Estar com você me dá confiança, me motiva a ser melhor, mais otimista, mais leve, mais feliz. Realizar sonhos e construir coisas com você é um privilégio e eu conto contigo mais do que nunca nas lutas de classe.

Agradeço à minha orientadora e, principalmente, minha grande amiga Prof. Drª. Mônica Aparecida Grossi. Sua orientação foi muito além das correções e sugestões acadêmicas; foi um verdadeiro ato de mediação dialética entre o conhecimento e a vida. Você não apenas guiou este trabalho com sabedoria, mas também ofereceu apoio, incentivo e, acima de tudo, humanidade.

E, por último, agradeço a mim. Afinal, apenas eu vivenciei o desafio de mudar para outro Estado, aos 18 anos, aonde eu não conhecia nada nem ninguém. O percurso não foi fácil, mas me fortaleceu. A cada dificuldade, aprendi a me reerguer e a cada conquista, aprendi a me celebrar. Hoje, sou grata principalmente por não ter desistido.

*Existem apenas duas classes sociais, as do que
não comem e as do que não dormem com medo da
revolução dos que não comem.*

Milton Santos

RESUMO

Este trabalho analisa a formação socioterritorial do Brasil, a questão agrária e a fome como expressão da desigualdade social. Adotamos um aprofundamento teórico-conceitual para compreender as contradições do capitalismo dependente e os impactos da modernização conservadora da agricultura, destacando a fome como fenômeno estrutural do sistema capitalista. Discutimos a contradição entre a produção de commodities agrícolas e a insegurança alimentar no país, ancorando-se na experiência do Plantio Solidário, iniciativa do MST na Zona da Mata Mineira, que promove a produção e distribuição de alimentos agroecológicos, além de fortalecer a solidariedade e a organização política. Utilizando o método materialista histórico-dialético, com revisão bibliográfica e observação participante, o estudo evidencia como práticas organizativas populares podem desafiar a hegemonia do agronegócio e contribuir para a construção da soberania alimentar.

Palavras-chave: Questão Agrária; Fome; Modernização Conservadora; Soberania Alimentar; Plantio Solidário; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

ABSTRACT

This study analyzes Brazil's socio-territorial formation, the agrarian question, and hunger as an expression of social inequality. The research adopts a theoretical-conceptual approach to understand the contradictions of dependent capitalism and the impacts of the conservative modernization of agriculture, highlighting hunger as a structural phenomenon of the economic system. It discusses the contradiction between the country's large-scale agricultural commodity production and its high levels of food insecurity, focusing on the Plantio Solidário experience, an initiative of the MST in the Zona da Mata Mineira that promotes agroecological food production and distribution while fostering solidarity and political organization. Using the historical-dialectical materialist method, with bibliographic review and participant observation, the study highlights how popular organizational practices can challenge agribusiness hegemony and contribute to the construction of food sovereignty.

Keywords: Agrarian Issue; Hunger; Conservative Modernization; Food Sovereignty; Plantio Solidário; Landless Rural Workers' Movement (MST).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Voluntários e produção Mutirão da Meninada (03/08/2024)..... | 62 |
| Figura 2 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (03/08/2024)..... | 63 |
| Figura 3 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (14/09/2024)..... | 63 |
| Figura 4 - Formação Plantio no Acampamento Roza Cabinda (29/09/2024)..... | 64 |
| Figura 5 - Colheita Mutirão da Meninada (05/10/2024) | 64 |
| Figura 6 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (05/10/2024)..... | 65 |
| Figura 7 - Orientação e trabalho com composto orgânico - Acampamento Roza Cabinda (15/12/2024) | 65 |
| Figura 8 - Amostra de diferentes espécies de milho - Acampamento Roza Cabinda (15/12/2024) | 66 |
| Figura 9 - Alimentos doados no bairro Vale Verde (22/02/2025)..... | 71 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAI – Complexo Agro-industrial.

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

COOPERMATAS - Cooperativa da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa da Zona da Mata.

COVID-19 - *Coronavirus Disease 2019* (Doença do Coronavírus 2019).

CPA – Cooperativa de Produção Agrícola.

CPT – Comissão Pastoral da Terra.

CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.

CTA – Centro de Tecnologias Alternativas.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

FAO - Fundo para Alimentação da Organização das Nações Unidas.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FSS/UFJF – Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

JF – Juiz de Fora.

JK – Juscelino Kubitschek.

MG – Minas Gerais.

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

MNU – Movimento Negro Unificado.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MST/ZM – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da região da Zona da Mata de Minas Gerais.

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAM - Programa de Alimentação Mundial.

PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento.

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PR – Paraná.

RS – Rio Grande do Sul.

SOFI - *State of Food Security and Nutrition in the World* (Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo).

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | FORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL DO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MANIFESTAÇÃO DA FOME..... | 19 |
| 2.1 | Questão Agrária Brasileira e sua periodização histórica | 19 |
| 2.1.1 | Comunismo primitivo (50.000 a.C – 1500 d.C) | 19 |
| 2.1.2 | Séculos XVI-XVIII – Período Colonial..... | 20 |
| 2.1.3 | Período Imperial e a Velha República..... | 22 |
| 2.1.4 | A Revolução de 1930 e o Estado Novo: A Era Vargas..... | 25 |
| 2.1.5 | Fim da Era Vargas, Industrialização, as lutas por terra e Reforma Agrária e Pacto Agrário..... | 27 |
| 2.1.6 | Ditadura Empresarial-Militar, Revolução Verde e Modernização Conservadora do campo | 29 |
| 2.2 | A Fome enquanto expressão da Questão Agrária: A contribuição de Josué de Castro..... | 35 |
| 3 | A LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST E ALTERNATIVAS À FOME: O PROJETO PLANTIO SOLIDÁRIO NA ZONA DA MATA MINEIRA..... | 46 |
| 3.1 | A Retomada da luta pela terra | 46 |
| 3.2 | A Reforma Agrária Popular do MST e alternativas à Fome: a centralidade da Agroecologia e Soberania Alimentar | 52 |
| 3.3 | Plantio Solidário: pelo direito à terra, à alimentação saudável e organização popular na Zona da Mata Mineira | 55 |
| 3.3.1 | Gênese e criação do Plantio Solidário – MST/ZM | 55 |
| 3.3.2 | Sistematização das atividades ao longo do Projeto de Extensão | 56 |
| 3.3.3 | Contribuições do Plantio: Projeto de Extensão, TCCs e Produções Científicas..... | 66 |
| 3.3.4 | Síntese, Análise da experiência e Objetivos futuros | 69 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 72 |
| | REFERÊNCIAS | 75 |

1 INTRODUÇÃO

As bases que fundamentam esse trabalho estão ancoradas, a princípio, na disciplina “Classes Sociais e Movimentos Sociais III” que aborda a questão agrária brasileira, as classes e os movimentos do campo, sua organização e luta pela posse e uso da terra, que desde a colonização é extremamente concentrada e alheia aos trabalhadores rurais, cenário esse que fora solidificado em 1850 através da Lei de Terras, que inventou a propriedade privada da terra no Brasil. Ademais, com o desenvolvimento do capitalismo periférico, adensado pelas particularidades da dependência, superexploração e transferência de renda, e a modernização conservadora da agricultura financiada pelo Estado burguês, ancorada no pacote tecnológico da Revolução Verde, houve o adensamento da Questão Agrária, concentrando ainda mais a terra em latifúndios, expulsando trabalhadores rurais do campo, degradando a natureza através de agrotóxicos e insumos, além da vulnerabilidade alimentar e fome. Essa última, é intrínseca à lógica do capital, exaltando seu caráter contraditório e insustentável, já que apesar dos constantes avanços tecnológicos que aumentam a produção e a produtividade, há uma enorme massa populacional que não encontra condições para sua alimentação e reprodução social. Esse é o caso do Brasil, que mesmo enquanto um dos maiores produtores de *commodities* do mundo, em 2022, durante a pandemia da COVID-19 sob o governo ultraneoliberal de Jair Bolsonaro, retorna ao Mapa da Fome, reflexo do sucateamento das políticas sociais públicas de combate à miséria e da perversidade da lógica de acumulação capitalista, expresso sobretudo no agronegócio.

Ainda no que diz respeito às motivações da pesquisa, a Universidade Federal de Juiz de Fora possui uma parceria de 25 anos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), promovendo cursos de formação política para militantes e trabalhadores da base de movimentos sociais, especialmente àqueles pertencentes à Via Campesina¹. Como mais um fruto dessa parceria, criou-se o Projeto de Extensão chamado “Plantio Solidário: pelo direito à terra, à alimentação saudável e à organização popular”, coordenado pelas Prof^a Mônica Grossi e Elizete Menegat, para acompanhar as atividades do Plantio Solidário no assentamento Dênis Gonçalves, na cidade de Goianá - MG, o qual sou bolsista. O Plantio surge em 2022, durante a pandemia, período em que a vulnerabilidade alimentar e a fome se encontravam em ascensão, ancorado no Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis do MST. Nesse

¹ Para maior conhecimento das atividades desenvolvidas por essa parceria acessar “A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: A Experiência e a Produção de Conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos” (Bezerra; Grossi; Pizetta, 2007) e “Parceria por uma causa: uma análise da relação entre as universidades e os movimentos sociais no Brasil” (Bezerra; Bohnenberger; Capuchinho; Grossi, 2021).

sentido, o projeto promovia mutirões voluntários, sob os princípios da solidariedade de classe e união entre campo e cidade (assentados e moradores da periferia de Juiz de Fora, em sua maioria), visando a produção de alimentos saudáveis para doar às famílias de bairros periféricos em Juiz de Fora. O Plantio Solidário foi bem sucedido e no ano de 2022 foram doados 500kg de alimentos agroecológicos e 500kg de alimentos não perecíveis. Acompanhar, enquanto acadêmica e militante, o trabalho realizado, os princípios defendidos, e, sobretudo, os expressivos resultados alcançados despertaram-me o interesse de analisar a experiência do Plantio Solidário, enquanto uma articulação dos sujeitos coletivos como um instrumento de luta. Desse modo, construindo uma contra-hegemonia, que, por sua vez, tensiona a correlação de forças sociais vigentes, conquistando espaços de participação, além dos resultados objetivos da produção (alimentos saudáveis de qualidade) que promovem o fortalecimento de processos organizativos envolvendo grupos historicamente negligenciados (trabalhadores rurais, mulheres camponesas, agricultura familiar, famílias da periferia em situação de vulnerabilidade social e alimentar) no enfrentamento à fome, visando alcançar a segurança e a soberania alimentar.

Ademais, o objeto de análise desse TCC foi delimitado como: a relação entre Questão Agrária, o fenômeno da fome e a necessidade de criar alternativas ao seu enfrentamento. E o objetivo geral foi realizar um aprofundamento teórico-conceitual sobre a formação socioterritorial brasileira, a constituição da questão agrária e a expressão da fome, para compreender em que medida a experiência do Plantio Solidário/MST-ZM vem contribuindo para o combate à fome, fortalecendo a luta pelo direito à terra, à alimentação saudável e à organização popular, envolvendo sujeitos coletivos do campo e cidade.

A fome é uma problemática conhecida desde o início da humanidade, atinge o ser humano em sua forma mais orgânica, colocando em risco a garantia de sua própria sobrevivência. Pode-se dizer que as primeiras civilizações foram criadas e se desenvolveram devido a necessidade do homem, até então nômade, de se fixar à terra para dela extrair o necessário para sua nutrição, criando animais e cultivando alimentos, para, assim, possibilitar a vida. Desde então, milhares de anos se passaram e essa necessidade essencialmente orgânica não se alterou. Ademais, ao longo desses anos o ser humano superou as limitações do ambiente, adaptou-se e desenvolveu instrumentos à princípio simples e básicos, até alcançar patamares mais complexos de organização social, com a criação de tecnologias de caráter científico e modernizado.

Há de se destacar sobretudo, com o estabelecimento do modelo capitalista de produção e organização social, o aumento da produtividade, que, ao menos teoricamente, permitiu uma

maior produção de alimentos. Contudo, o cenário de fome se mantém. Destacando que, diferentemente dos modos de produção anteriores ao capitalismo, em que a fome era resultante de desastres ambientais, guerras e demais condições que geravam a escassez, no modo de produção atual a fome provém do excedente, que é apropriado conforme os moldes de reprodução ampliada do capital, essencialmente contraditório, excludente e degradante.

Essa contradição é ainda mais notória quando analisamos a realidade brasileira. Já que o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho como um país agroexportador, destacando-se, sobretudo, na exportação de commodities de grãos como a soja e o milho. Contudo, uma parcela expressiva da população não tem acesso a alimentos que garantam sua subsistência e nutrição, encontrando-se em situação de extrema vulnerabilidade e insegurança alimentar. Esse cenário se agravou na pandemia de COVID-19, em que o país retorna ao Mapa da Fome, como reflexo do sucateamento das políticas sociais públicas de combate à miséria e o desmonte geral das políticas de segurança.

Mas que fatores contribuíram para esse cenário atual? Quais condições levaram nosso país, de extensão continental, com diversos relevos, climas e biomas a uma produção tão limitada? O que explica a exclusão das camadas populares ao acesso à alimentos nutritivos e saudáveis? Para explicar e adensar todas essas questões, é necessário analisar a história do Brasil, seus movimentos e transformações para compreender a realidade em sua totalidade.

Nesse sentido, esse trabalho tem o objetivo geral de realizar um aprofundamento teórico-conceitual sobre a formação socioterritorial brasileira, a constituição da questão agrária e a expressão da fome, para compreender em que medida a experiência do Plantio Solidário/MST-ZM vem contribuindo para o combate à fome, fortalecendo a luta pelo direito à terra, à alimentação saudável e à organização popular, envolvendo sujeitos coletivos do campo e cidade.

A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho foi baseada no método materialista histórico-dialético de Marx, por meio de análises bibliográficas, documentais e da observação participante. Além disso, foram consideradas atualizações obtidas em sites, jornais e outros meios de comunicação, incluindo a página oficial do MST e do Governo Federal, a fim de proporcionar uma compreensão mais aprofundada do tema. Assim, esse estudo tem um caráter fundamentalmente qualitativo, já que os dados quantitativos abordados são utilizados apenas para elucidar questões mais complexas e de fatores históricos, sociais e econômicos, conforme evidenciado por Josué de Castro, principal referência desse trabalho e pioneiro do estudo da fome.

Este ensaio não visa propriamente a uma análise do problema em seus aspectos quantitativos, mas, principalmente, em seus aspectos qualitativos. O método estatístico com sua tendência substancial para os grandes agrupamentos e para a homogeneização dos fatos não nos poderia dar em seus painéis genéricos uma noção exata de certas nuances, das infinitas gradações de cores de que se reveste o fenômeno, nos dois sentidos, no vertical e no horizontal, na ampla superfície de sua área territorial e nas diferentes capas sociais que estruturam a nacionalidade. Esta a razão pela qual os dados estatísticos apenas participam deste ensaio como matéria-prima, a ser sempre que possível manipulada e transformada em argumentos explicativos sem que o seu texto se ressinta de um certo peso das notas explicativas, visando penetrar um tanto mais a fundo a essência de fenômeno, tão cambiante e polimorfo, como o da fome em sua expressão social. (Castro, 1992, p. 278-279).

Dando continuidade à análise, visando adensar as categorias, será utilizado o Método de Observação Participante (Coutinho, 2004). Já que, enquanto bolsista de extensão do Plantio Solidário, participo e acompanho os sujeitos coletivos envolvidos, o planejamento e as atividades realizadas, principalmente no período de 2024/2025 enquanto produzo o TCC. Assim, a observação foi feita de maneira rigorosa e continuada, aprimorando o processo de coleta de dados, da análise e das conclusões. Vale ressaltar que através desse método o pesquisador consegue debruçar-se de aspectos fundamentais para a construção da análise, de modo muito aproximado de seu objeto, sendo o próprio pesquisador um instrumento de sua pesquisa, conforme evidenciado por Yin

Nessas situações, seus cinco sentidos serão as principais modalidades para medir e avaliar informações do campo. Você também será limitado por sua capacidade de lembrar e relembrar ações, e você estará exercendo seu próprio arbítrio ao decidir o que registrar. Todas essas funções significam que você estará servindo como o principal instrumento de pesquisa. (YIN, 2016, p.132)

Portanto, o presente trabalho se divide em dois capítulos. O primeiro analisa a formação socioterritorial do Brasil, de modo a compreender a Questão Agrária – fruto da organização da terra e suas transformações. A partir dessa análise, destacando categorias fundamentais, foi possível compreender a manifestação da fome, utilizando como principal bibliografia a produção de Josué de Castro, sobretudo o “Geografia da Fome”, pois o autor foi pioneiro no debate e compreensão da fome enquanto fenômeno socioeconômico promovido pela sociedade, e não uma calamidade natural. Já o segundo capítulo aborda a luta pela terra, a Reforma Agrária Popular do MST e a construção de alternativas para enfrentar a fome e o modelo hegemônico capitalista de produção de alimentos e organização da terra. Nesse capítulo daremos centralidade ao MST, sua história de luta, politização e organização dos trabalhadores, além de descrever e analisar a expressão do projeto Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira.

2 FORMAÇÃO SOCOTERRITORIAL DO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA E A MANIFESTAÇÃO DA FOME

2.1 Questão Agrária Brasileira e sua periodização histórica

2.1.1 Comunismo primitivo (50.000 a.C – 1500 d.C)

A “civilização brasileira” surge a partir de correntes migratórias da Ásia, mais especificamente do estreito do Alasca, que ocuparam todo o continente americano. Nesse sentido, há indícios de seres humanos no território do Brasil de 50.000 anos atrás (Stédile, 2013).

Portanto, há arquivos históricos que demonstram que essa população se organizava em agrupamentos sociais e vivia de forma nômade, caçando animais e extraíndo o que encontrasse no ambiente para se alimentar e sobreviver. Não demonstravam grande domínio da agricultura. O que não era problema, diante da exuberante e rica natureza, que provia o necessário para a sobrevivência do homem² (Stédile, 2013).

Stédile (2013, p. 20-21) caracteriza essa forma de produção e organização social como “comunismo primitivo”. Esse, baseava-se na organização de indivíduos em pequenas comunidades, de 100 a 500 pessoas, que se identificavam por serem da mesma família, região, ou falarem o mesmo idioma. Não havia propriedade privada dos bens da natureza, apenas o entendimento de que esses eram utilizados e serviam a todos, essenciais para a sobrevivência do grupo e, portanto, eram preservados e cuidados. Quando esses se esgotavam, o grupo partia para outra área.

Tudo isso fora bruscamente interrompido quando, em 1500, há a invasão europeu no território, iniciando o período de colonização do Brasil. Estima-se que aproximadamente 5 milhões de pessoas, divididas em, aproximadamente, 300 comunidades tribais, habitavam a terra, que, infelizmente, não foi “descoberta”, mas invadida, saqueada e transformada em mercadoria.

² É fundamental destacar a crítica ao uso político do termo "comunismo primitivo" e sua descrição, já que esse pode reforçar uma visão romantizada das sociedades indígenas, tratando-as como modelos idealizados de organização comunitária. Esse enquadramento pode obscurecer a realidade contemporânea desses povos, reduzindo sua complexidade histórica a uma simples etapa anterior ao capitalismo. Além disso, essa categorização pode desconsiderar suas lutas atuais por território, autodeterminação e direitos sociais, tratando-os apenas como símbolos de um passado utópico em vez de agentes políticos ativos no presente.

2.1.2 Séculos XVI-XVIII – Período Colonial

Para adensar a discussão acerca da configuração fundiária no Brasil e Questão Agrária, precisamos abordar a colonização na América Latina, já que as formas de dominação estabelecidas permanecem enraizadas, sob novas formas, na contemporaneidade. Nesse sentido, Aníbal Quijano em “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina” aborda elementos centrais para a compreensão das relações de poder impostas no período. Assim, Quijano (2005, p. 117) destaca a formação de novas relações sociais, pautadas na ideia de raça, e junto dessa uma relação hierárquica em que o europeu colonizador dominava e impunha sua “superioridade”. Essa, imposta por meio da força, subjugando indígenas e negros à servidão e escravização, e até mesmo ideologicamente, através da naturalização, legitimação e replicação desse pensamento eurocêntrico e racista.

Desse modo, os colonizadores estabeleciam que o trabalho assalariado se concentrava somente entre brancos, já que somente esses seriam “dignos” e “civilizados”, sistematizando a divisão racial do trabalho, que não se limitou à América, mas ao capitalismo mundial.

A distribuição racista do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno manteve-se ao longo de todo o período colonial. No curso da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante –os brancos (ou do século XVIII em diante, os europeus) – foi imposto o mesmo critério de classificação social a toda a população mundial em escala global. Conseqüentemente (*sic*), novas identidades históricas e sociais foram produzidas: amarelos e azeitonados (ou oliváceos) somaram-se a brancos, índios, negros e mestiços. Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (Quijano, 2005, p. 119)

Assim, fica evidente que o controle do trabalho em relação a categoria racial foi fundamental para o estabelecimento do sistema capitalista e que as potências europeias só conseguiram sua posição de destaque no capitalismo mundial através da extração de mercadorias das colônias, por meio dos regimes de escravidão/servidão impostos no processo de colonização.

Ademais, Caio Prado Júnior em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo”, aponta que os povos tem em sua evolução histórica uma certa “intenção”, que se coloca como uma linha de eventos subsequentes que caminham no sentido dessa intenção (1954). Partindo desse ponto, o autor caracteriza o processo de colonização como o início dessa linha de eventos, já que a partir desse, são criadas e enraizadas categorias que se encontram presentes até os dias de hoje, mesmo que reatualizadas e sob novas formas, muitas vezes menos explícitas.

A partir do entendimento dos autores, é essencial destacar que o sentido da colonização do Brasil é a **exploração**, já que os colonizadores buscavam nesse território a extração de bens que seriam vendidos e apropriados pela Metrópole, Portugal, em seu processo de desenvolvimento capitalista. A priori, foram aproveitados e extraídos da natureza produtos “espontâneos”, encontrados em abundância, sobretudo madeiras de construção e tintura, como o pau-brasil, e utilizavam da mão-de-obra nativa, povos indígenas que foram escravizados. Com o passar dos anos e da intensificação da extração, esses recursos foram se tornando mais escassos, portanto, os colonizadores buscaram ocupar o território visando uma forma mais “segura” e contínua de extração de valor:

Na maior extensão da América ficou-se a princípio (sic) exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações, subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura. (PRADO JR, 1954, p. 10)

Portanto, o governo português incentivou a vinda e ocupação de colonizadores no Brasil, com destaque para os donatários das terras, denominadas capitâncias hereditárias, para que esses e suas futuras gerações, desenvolvessem a agricultura no país. O sistema das capitâncias hereditárias baseava-se na divisão do território português em 15 amplas faixas de terras de enorme extensão, entregues a poucos portugueses ricos que despesceriam grandes recursos para a produção da agricultura, demarcando o início da concentração de terras. Essa agricultura, estabelece-se seguindo o modelo de **plantation**, caracterizado pela produção extensiva e monocultora, ou seja, uma produção que ocupa **grandes áreas de terra** com o cultivo de **um único gênero alimentício** destinado ao **mercado externo**, e utilizando como **mão-de-obra, escravizados africanos**, conforme descrito por Stédile

O que caracteriza a *plantation*? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão de obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado. Havia também, nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir o seu custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho. (STÉDILE, 2013, p. 23)

No Brasil, o principal produto produzido era a cana-de-açúcar, base da economia colonial, que era apropriada pela metrópole europeia.

Esse foi o modelo de colonização estabelecido no Brasil, e fica evidente nesse, características de dominação, exploração e submissão, elementos estruturais da sociedade brasileira, que denotam a intenção da colonização, conforme evidenciado por Caio Prado Júnior (1954, p. 25 e 26):

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem (sic) o interesse (sic) daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este (sic) início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se agravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país.

Ao longo dos anos de exploração colonial, a metrópole portuguesa também se apropriou e explorou outros espaços e recursos naturais, como o ouro em Minas Gerais. Contudo, a atividade de principal destaque foi a cafeicultura, extremamente funcional ao processo de acumulação de capital, no momento em que os produtos agrícolas voltaram a ser visados no mercado internacional. O café, no final do século XVIII, foi o principal produto de exportação do país, também produzido por força de trabalho escravizada, nos moldes do *plantation*. Desse modo, emergiu-se uma nova elite cafeicultora no Brasil, responsável pelo processo de modernização conservadora que se desenvolveria nos séculos seguintes (Martins, 2022).

2.1.3 Período Imperial e a Velha República

A partir do estabelecimento desse modelo de produção agrícola, deparamo-nos com elementos da Questão Agrária, que, diz respeito aos conflitos referentes ao uso, posse e propriedade da terra. Já que, conforme destacado anteriormente, o território brasileiro foi dividido em grandes áreas, chamadas capitâncias hereditárias, monopólio da Coroa Portuguesa e cedidas aos colonos, que posteriormente se desdobraram nas sesmarias. Desse modo, o acesso às terras era restrito a esses indivíduos e suas famílias.

Esse modelo de organização da terra permaneceu inalterado até 28 de fevereiro de 1821 (Martins, 2022). A partir desse momento as capitâncias hereditárias foram substituídas pelo governo-geral. Esse, consistia num modelo administrativo que transferiu a responsabilidade do território dos donatários para governadores-gerais e mantendo a estrutura de concentração fundiária persistiu. E, em pouco mais de um ano, o Brasil proclama sua independência em 07 de setembro de 1822, dando início ao império do Brasil.

Nesse período, o processo de concentração foi reafirmado com a criação da Lei de Terras de 1850, que fundou a propriedade privada da terra no Brasil e, assim solidificou a desigualdade e a exclusão à terra, mercantilizando-a, conforme evidenciado por Grossi.

A lei de terras de 1850 consagra legalmente a propriedade privada da terra, fator que proporcionou maior liberdade para sua utilização de acordo com a lógica de exploração privada dos recursos naturais para a ampliação da produtividade da terra e, portanto, de lucro. O desenvolvimento da agricultura monocultora, extensiva e itinerante, agora sob o comando de seus proprietários privados, que buscavam retorno dos investimentos feitos, amplia a ganância por lucros, e consequentemente, amplia a degradação ambiental que já estava presente nas capitâncias hereditárias, levando à depredação e ao esgotamento do solo. (Grossi, 2014, p. 126).

Nesse sentido, é fundamental evidenciar que há um notório recorte racial, já que os europeus expulsaram, escravizaram e aniquilaram os povos indígenas nativos do território. Após isso, adotaram a mão-de-obra de africanos escravizados, trazidos para trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar e café. E, no século XIX, com o avanço dos movimentos antiescravidão e de leis antiescravistas, como a Eusébio de Queirós (1850), foi necessário garantir que esses indivíduos, ex-escravizados libertos, não tivessem acesso à terra para cultivar, morar e reproduzir-se socialmente, o que se deu através da Lei de Terras. Desse modo, com o fim da escravidão em 1888, através da promulgação da Lei Áurea, a esses indivíduos, restou habitar localidades menos requisitadas, de difícil acesso em habitações precárias, muitas vezes em encostas de morros, e servir de mão-de-obra explorada para o processo de industrialização e modernização do Brasil, que ganharia força no século seguinte.

A partir desse momento a propriedade privada, intocável e inviolável, substituiu a escravidão, o que molda a base do trabalho do campo. Assim, houve a necessidade de buscar outra força de trabalho que fosse benéfica ao capital e que continuasse a reproduzir a lógica de dominação. Assim, estabeleceu-se a força de trabalho livre vinda da Europa, internalizado nas fazendas, sob o regime de colonato, que não seguia o modelo tipicamente capitalista, pois os trabalhadores não recebiam salários diretos e não estavam efetivamente afastados do meio de produção, mas tinham como principal “pagamento” o direito de cultivar a terra, produzir para sua própria reprodução social e até mesmo vender o excedente de sua produção. Apenas uma pequena parcela era remunerada. Vale ressaltar que os donos, classe dominante, eram extremamente influentes, já que possuíam a terra e, portanto, os meios de produção em um país agroexportador, e assim, podiam subjugar e exercer controle político sobre esse contingente de trabalhadores (Martins, 2022).

É essencial reiterar o caráter racial dessa organização do trabalho, já que o regime de colonato era formado essencialmente por imigrantes europeus e suas famílias, portanto, pessoas

brancas, que chegaram aos milhares com o principal intuito de trabalhar nas fazendas de café. A imigração foi extremamente incentivada pelo Estado brasileiro, com o intuito de “embranquecer” a população. Junto a esse incentivo, foi ideologicamente adotada a ideia de que o negro e o indígena não se adequavam ao modelo de produção, já que eram “intelectualmente inferiores” e “incapazes”, apesar de sempre terem exercido esses trabalhos antes da Abolição em 1888.

Ademais, a relação de trabalho que se estabeleceu no colonato era extremamente exploratória, já que os imigrantes eram forçados a pagar, como dívida, o custo da viagem e estadia, muitas vezes submetidos ao trabalho forçado para que pudessem pagar aos senhores, e não podiam deixar as terras até que o pagassem. Outras relações de trabalho também surgiram no período, como a parceria e a peonagem, que também não eram tipicamente capitalistas, apesar de funcional a acumulação desse, já que ao não pagar salários, o capital adquirido com a venda era completamente apropriado pelos senhores (Martins, 2022).

Por fim, é importante destacar, a chegada da Coroa Portuguesa, e, junta dessa, o processo de transição da colônia para o capitalismo dependente, solidificando a dominação burguesa em nosso país. Anteriormente fora demonstrado, com o fim da escravidão (também funcional a acumulação), a adoção de outros modelos de trabalho, que mesmo não tipicamente capitalistas, foram benéficos pois continuaram a acumulação de capital e formação de elites, ou classe dominante, que, no caso do Brasil, eram senhores de terra, sobretudo os que detinham a produção de café. Florestan Fernandes (1975) afirma, nesse sentido, que é formado um Estado senhorial, demonstrando o total domínio e influência desses indivíduos e suas famílias nos processos de decisão do Estado, ao passo em que se forma uma economia dependente, assim, “acorrentou a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, particularista e fundamentalmente aristocrático, como se o burguês moderno renascesse das cinzas do senhor antigo” (Fernandes, 1975, p. 168).

Nesse sentido, a “oligarquia tradicional” acabou se “modernizando” sob os moldes do capitalismo dependente emergente, porém mantendo as características do ordenamento social e seus privilégios políticos, associados a procedimentos autocráticos. Assim, com a proclamação da República em 1889, esses setores encontraram ainda mais espaço para garantir sua influência e monopólios, período que ficou conhecido como Velha República.

Desse modo, segundo Florestan (1975), o surto de industrialização se deu do final do século XIX à 1930, envolvendo segmentos modernos e conservadores. Assim, mantendo relações arcaicas no que tange à produção agrária, como nas já mencionadas formas de trabalho pré-capitalistas, que propiciaram maior acumulação originária de capital, fundamental para o

processo de industrialização, ao passo que, promovia aproximação das economias centrais no capitalismo, de acordo com os interesses da oligarquia.

Forma-se, assim, conforme evidencia Florestan (1975), uma “sociedade de classes”, essencialmente contraditória, em que a burguesia industrial emergente direciona as decisões de maneira autoritária e conservadora, de modo a configurar o país como uma economia dependente, sem a perspectiva verdadeiramente modernizadora e democrática, adotada pelos países centrais, que se encontravam na fase imperialista. Nessa perspectiva, o país está subjugado a um papel secundário, contribuindo como fonte de excedente econômico para as potências do capitalismo, de modo a contribuir apenas para a oligarquia burguesa nacional, enquanto produz concentração de renda, estratificação social e a exclusão de uma massa populacional, sobretudo corpos pretos, pardos e camponeses, que não encontraram alternativas frente à avalanche conservadora e autocrática da “falsa” burguesia nacional.

2.1.4 A Revolução de 1930 e o Estado Novo: A Era Vargas

Partindo das categorias abordadas até o momento, foi demonstrado que as relações conservadoras do trabalho no campo foram fundamentais para a constituição de um clientelismo político e relações de dependência na Velha República. Assim, camponeses e trabalhadores rurais são subjugados sob a lógica das oligarquias, que também ditavam o direcionamento do Estado brasileiro. Cenário que se intensificaria ainda mais com o advento da industrialização na década de 1930, somada a queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, o que acarretou em uma crise mundial, responsável por desvalorizar profundamente os produtos agrícolas, sobretudo o café (Martins, 2022).

Esse período de instabilidade abalou a política vigente denominada “política do café com leite”, em que as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo alternavam no poder. Vale ressaltar que as eleições eram manipuladas, os coronéis utilizavam da coerção em “curral eleitoral”, e, assim, decidiam as eleições, o que recebeu o nome de “voto de cabresto”. Esse acordo foi interrompido quando o presidente Júlio Prestes foi eleito presidente, representando o descumprimento de São Paulo, ao delegar novamente um representante da oligarquia paulista. Como consequência disso, outras oligarquias regionais, apoiadas por camadas médias da sociedade, se uniram e promoveram um golpe de Estado que ficou conhecido como “Revolução de 1930” (apesar de críticas a respeito dessa nomeação).

Esse novo governo, representado por Getúlio Vargas, alterou a dinâmica estabelecida até o momento, aumentando a atenção ao mercado interno. Portanto, visando dinamizar o

recente espaço urbano e desenvolvê-lo, foram adotadas medidas como a expansão da fronteira agrícola, estabelecimento de uma política única de salários e investimento na infraestrutura de ferrovias e rodovias. Desse modo, a agricultura, pela primeira vez, aparece como um setor articulado e funcional ao desenvolvimento nacional, não apenas a representação de interesses particularmente burgueses (Martins, 2022).

O período foi marcado pela conquista de direitos para a classe trabalhadora, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), porém não contemplava os trabalhadores do campo, que ficaram vedados de direitos como descanso semanal e a organização em sindicatos. Por outro lado, o governo federal, pela primeira vez, toma medidas democráticas em relação a posse de terra, extinguindo o arrendamento de terras e autorizando a desapropriação por utilidade pública, além de outras medidas, conforme descrito por Linhares e Teixeira da Silva:

O Decreto n. 24.606, de 1933, extingue o sistema de arrendamento de terras, inclusive das ordens e instituições religiosas [...]. O Estado passava a exigir, ainda, o título de propriedade para a legitimação da posse [...] e autorizava a desapropriação mediante o pagamento de 40 vezes o valor do último foro pago [...]. Como a resistência é intensa, inclusive junto à Justiça, o governo reforma e republica o decreto em 1941 [...]: proíbe-se o recurso ao Poder Judiciário, ficando a decisão final sobre as expropriações exclusivamente ao âmbito do Poder Executivo. Ou seja, se uma fazenda fosse desapropriada, o fazendeiro não poderia reclamar na Justiça. Ao mesmo tempo, o valor da indenização é reduzido para a variação de dez até 20 vezes o valor do último imposto pago. (LINHARES; TEIXEIRA DA SILVA, 1999, p. 127)

Por conseguinte, com a ascensão do Estado Novo (1937-1945), período ditatorial da Era Vargas, houve avanços no que tange ao processo de industrialização, com o forte investimento e criação de indústrias de base, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce. Essas, surgiram como parte do processo de substituição de importações, parte de um intervencionismo econômico do Estado, que universalizou as relações capitalistas de mercado, o que acabou por resultar num *boom* demográfico nos centros urbanos.

Contudo, ao pensarmos no campo, esse processo não foi capaz de superar as relações conservadoras já enraizadas, permanecendo as práticas pré-capitalistas, além de construir, segundo Florestan Fernandes (1975) uma “concentração racial e social da renda”. De acordo com o autor, apesar das conquistas do período, ainda imperava a massiva exploração do trabalhador, com longas jornadas de trabalho e intensa expropriação capitalista, sobretudo para os corpos não-brancos. A conciliação de interesses duais, do mercado nacional e internacional, escondeu o âmbito imperialista das economias centrais, que se dava através da internacionalização da economia brasileira, sob as formas de transferência de capitais e tecnologias. Desse modo, Fernandes (1975) evidencia que o processo de industrialização,

mesmo com as medidas nacionalistas adotadas por Vargas, não consegue extinguir ou restringir a dominação e influência imperialista.

Em relação ao campo, fica claro que, para possibilitar o processo de industrialização, o Estado Varguista estabeleceu acordos (velados) com as oligarquias rurais, não alterando estruturas fundiárias já consolidadas, além de restringir direitos aos trabalhadores do campo (excluindo-os da CLT), ao passo que organiza, pela primeira vez na história, uma política setorial e intervencionista na agricultura. Desse modo, são criadas importantes instituições como o Ministério da Agricultura, além de uma política setorial específica para cada gênero agrícola, entre eles: açúcar, café, mate, pinho, borracha, dentre outros. Ademais, também foram criados programas de crédito, colônias agrícolas (Martins, 2022).

Em suma, a Era Vargas é um período extremamente contraditório, envolvendo elementos antidemocráticos e repressivos, já que estabelece um regime ditatorial, enquanto investe nas condições da classe trabalhadora urbana, que havia migrado do campo. Esse, espaço de dependência pessoal, submissão e coerção, reproduzindo categorias coloniais reatualizadas sob novas formas, que, infelizmente, ainda não encontraram meios para sua superação (Martins, 2022).

2.1.5 Fim da Era Vargas, Industrialização, as lutas por terra e Reforma Agrária e Pacto Agrário

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e a Era Vargas em 1945, o Brasil ampliou seu processo de urbanização e industrialização, reiterando as características do conservadoras do campo, sobretudo a estrutura fundiária. Ademais, com a redemocratização, fim da censura e legalização de partidos políticos, surge, pela primeira vez, o debate e proposta de uma Reforma Agrária, levantado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro). Segundo esses parlamentares a estrutura fundiária extremamente concentrada, além das relações de trabalho exploratórias e dependentes, eram um entrave ao desenvolvimento nacional, e como solução deveria ser realizada uma reforma agrária. Como consequência dessa, o campo seria democratizado, o que impactaria diretamente nas relações de poder, desenvolvendo melhor o campo e a própria industrialização. O que, infelizmente, não foi aceito. Pelo contrário, muitas das legislações agrárias firmadas no governo Vargas foram extintas, prevalecendo o pacto entre a velha oligarquia e a nova burguesia industrial (Martins, 2022).

Quanto a industrialização, essa, desde o governo Vargas, seguiu o processo de substituição das importações, de caráter nacionalista e que estabeleceu melhores condições de

trabalho. Porém, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), através do Plano de Metas, a industrialização chega ao seu auge, com a criação de indústrias de bens de capital (produção de maquinário para outras indústrias). Vale ressaltar que os empreendimentos foram financiados com capital estatal e mundial – Plano Marshall³, o que acabou por gerar uma industrialização acelerada e tardia, além de uma forte associação entre o capital internacional e a burguesia industrial nacional (Martins, 2022).

Ademais, com a valorização dos produtos agrícolas em detrimento do fim da guerra, o café brasileiro voltou a ser um produto extremamente lucrativo, o que levou a expansão da produção, ancorada com uma política de valorização e de crédito. A produção também aumentou, não em produtividade, mas pela expansão da fronteira agrícola. Desse modo, concentrando ainda mais terras e capital, agravando os conflitos do campo, expulsão e violação do trabalhador rural e camponês, cenário que tende agravou-se ainda mais com a maior inserção da industrialização na (e da) agricultura.

Nessa perspectiva, surgem as Ligas Camponesas (1955-1964) e demais grupos organizados de trabalhadores rurais em prol de melhorias condições de vida, trabalho e a reforma agrária, com diversas manifestações ocorrendo em todas as regiões do Brasil, o lema utilizado foi “Reforma Agrária: na lei ou na marra”, traduzindo a ofensiva dessas lutas. O debate também se politizou no meio urbano, com a construção de movimentos, coletivos e intelectuais que reivindicavam um projeto nacional inclusivo e democrático e que visassem a soberania, deixando para trás o caráter dependente estabelecido e que nos fora fadado. Contudo, os setores conservadores, também articulados, lançaram a ofensiva, com fortes instrumentos políticos e ideológicos (Martins, 2022).

Com a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, os setores autocráticos utilizaram de diversas estratégias para limitar o mandato de “Jango”, como ficou conhecido. Apesar disso, ele posicionou-se favorável às lutas camponesas e em 1º de maio discursou a favor da Reforma Agrária, que seria sua prioridade, dentro das reformas de base propostas. Essas, eram reformas estruturais que incluíam múltiplos setores, a fim de reformar e adequar o país sob os moldes do desenvolvimento capitalista. Desse modo, foi estabelecido um projeto de reforma fiscal – com adequação das tributações, e taxação das grandes fortunas; reforma bancária – incentivo de crédito aos pequenos produtores; reforma educacional – de acordo com o método de Paulo Freire, visando a extinção do analfabetismo e investimento no

1- O Plano Marshall foi um programa de apoio econômico (transferência de valor) dos Estados Unidos para os países aliados, visando a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra Mundial (1940-1945).

ensino público e gratuito; reforma urbana – a fim de garantir moradias à toda população e um melhor planejamento do território urbano; e, por fim, a reforma agrária – baseava-se na desapropriação dos latifúndios, por meio de indenização estatal, e a distribuição de terras para camponeses e pequenos produtores rurais (Martins, 2022).

A reação das elites brasileiras foi quase imediata, com a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade reunindo milhares de pessoas contrárias aos avanços democráticos, e, por fim, no golpe de Estado, na madrugada de primeiro de abril de 1964.

E, assim, iniciava-se a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, período em que a autocracia burguesa cerceou o espírito democrático e emancipador das massas. Iniciava-se um período sombrio de aumento das desigualdades e violações de direitos, uma ferida que ainda não cicatrizou e que sempre será lembrada, pois estabeleceu a base a um modelo destruidor da agricultura e dos trabalhadores da terra.

2.1.6 Ditadura Empresarial-Militar, Revolução Verde e Modernização Conservadora do campo

Após o golpe, foram instaurados Atos Institucionais, que eram extremamente repressivos, cassavam e extinguiam direitos políticos, além da suspensão das eleições, que passaram a ser decididas por um Colégio Eleitoral, que determinou o mandato do militar Castelo Branco. Nesse período, as Ligas Camponesas foram silenciadas, com a prisão, tortura e assassinato de muitos militantes e líderes. Muitos tiveram que se exilar para a própria segurança, ou até mesmo entraram para a clandestinidade.

Apesar disso, foi formulado, ainda em 1964, o Estatuto da Terra, que caracterizou o módulo rural mínimo, em suma, a quantidade de terra necessária para a reprodução social de uma família camponesa; além da categorização da terra pelo seu espaço: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. O Estatuto foi extremamente importante, já que, pela primeira vez, institui um cadastro de terras e introduz a função social da terra, contemplando a desapropriação de latifúndios por interesse social, sendo indenizadas pelo Estado. Ademais, proibiu, ao menos na legislação, relações de trabalho que reproduzissem a dependência entre os trabalhadores rurais para com fazendeiros. Portanto, pode-se afirmar que o Estatuto é marcadamente contraditório, pois possui características progressistas, apesar de inserido num contexto altamente conservador de perda de direitos políticos (Martins, 2022).

Entretanto, a criação do Estatuto foi apenas uma estratégia de propaganda, que tinha a intenção de aproximar as massas de trabalhadores rurais do regime, não refletiam o

direcionamento do governo acerca do enfrentamento da questão agrária, pelo contrário, essa seria continuamente agravada (Stédile, 2013).

Ademais, no período mais violento e repressivo da Ditadura Empresarial-Militar há um surto de crescimento econômico, denominado “milagre econômico”, período de estabelecimento do capitalismo em sua fase monopolista no Brasil. O “milagre” acabou por, indiretamente, legitimar o fechamento político e o aumento desenfreado da repressão e violência, e junto desse processo, o avanço da modernização conservadora da agricultura, indo na contramão da Reforma Agrária formulada no Estatuto da Terra (Martins, 2022).

Nesse momento, por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), há a união da indústria de maquinário, desenvolvida no Plano de Metas do governo JK, ao campo. Como resultado desse processo há o aumento da fronteira agrícola e agravamento da Questão Agrária. A fim de intensificar esse processo foram criadas medidas de assistência técnica e de preços, além de suporte de crédito, com base no Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1973), que explicitava o interesse das elites militares e empresariais pela modernização do campo, como plano de desenvolvimento nacional. A fim de subsidiar o Plano, e o próprio “milagre”, o Estado autocrático burguês ampliou o endividamento da União, já que os recursos captados do exterior eram fundamentais para sustentar o tão divulgado “progresso” do país.

Vale ressaltar que o projeto de modernização do campo é contrário à reforma agrária, presente nas Reformas de Base, já que os defensores do projeto fortaleceram a ideia de um desenvolvimento da agricultura sem a distribuição de terras, unindo capital agroindustrial à proteção fiscal do Estado (Martins, 2022).

Acerca do estabelecimento do capitalismo monopolista no Brasil, pode-se dizer, com base no trabalho de Florestan Fernandes (1975), que essa fase reafirma a dominação imperialista, já que a inserção das corporações internacionais é incentivada e executada de forma tão intensa que essas possuem um alto controle da base material produzida nacionalmente, podendo interferir nas decisões internas da nação, comprometendo diretamente a soberania do Brasil. Dessa forma, persiste a condição de dependência no cenário globalizado, sendo um dos polos dinâmicos na periferia. Assim, com o golpe civil-empresarial-militar e domínio da autocracia burguesa, “ao lograr o controle completo da máquina estatal, [foi colocada] a serviço da revolução econômica requerida pela captação da poupança externa e pela internacionalização da economia brasileira, sob o capitalismo monopolista” (Fernandes, 1975, p. 261).

Portanto, a débil burguesia brasileira, por meio do golpe de 1964, cerceou o espírito nacionalista e anti-imperialista e direcionou o país à manutenção e reprodução do *status de*

dependência no capitalismo monopolista, sem nunca ter tido a intenção de romper, e nem ao menos tensionar, o padrão de dominação imposto pelo capital internacional, extinguindo as chances de superação do subdesenvolvimento, conforme evidenciado por Coutinho:

[...] no Brasil, essa integração entre Estado e monopólio se processa sobretudo depois do golpe de 1964, mas é algo que já se esboça como linha programática a partir da aplicação do plano de metas do governo Kubitschek. [...] O golpe de 1964 teve como meta quebrar a resistência política a esse processo de integração, resistências manifestadas ao longo de todo o período pré-1964 pelas correntes nacionalistas e populares que tinham o objetivo de colocar o setor econômico estatal a serviço de uma política antimonopolista e, mais precisamente anti-imperialista. (Coutinho, 1984, p.173)

Dando continuidade, no que tange a modernização conservadora do campo, uma das principais e mais danosa medida adotadas foram os pacotes tecnológicos. Nesse sentido, Aguiar (1986) demonstra como esses são essencialmente dependentes da tecnologia e define pacotes tecnológicos como

[...] um conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Dessa forma, o *pacote tecnológico* passa a corresponder, na verdade, a uma *linha de montagem*, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exige o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de uma certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (máquinas) não pode ser rompida, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola. (Aguiar, 1986, p. 17).

Um pacote tecnológico que é essencial destacarmos foi o da **Revolução Verde**. Esse, fora divulgado pelos militares como inovações tecnológicas que revolucionaram a produção de alimentos, aumentando consideravelmente a produção e acabando com a fome, até o momento compreendida como reflexo da limitada produtividade e escassez. Mas, na realidade, baseava-se união de produtos químicos como venenos, agrotóxicos e adubos sintéticos; sementes híbridas geneticamente modificadas; e máquinas pesadas. O pacote também foi amparado por instituições criadas a fim de intensificar o processo de modernização, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1972, e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1974.

É fundamental reiterar que o pacote tecnológico da Revolução Verde utilizava de tecnologia com base científico-industrial, muitas delas adaptadas de instrumentos, máquinas e venenos utilizados na Segunda Guerra Mundial. Por conseguinte, essa “inovação” trouxe mais desastres sociais e ambientais do que avanços acerca da superação da fome, que abordaremos mais profundamente no capítulo seguinte. Isso se dá, em parte, pela substituição dos saberes milenares e práticos que respeitam as particularidades dos ciclos ecológicos, por insumos

industriais, venenos que degradam a terra, alimentos, a saúde do trabalhador rural, além de distanciarem o ser humano da natureza, separando a produção em monoculturas e setores (agricultura, pecuária, extrativismo), rompendo a unidade e harmonia do meio ambiente (Martins, 2022).

Mas, sobretudo, pela alteração genética de sementes e espécies, ideologicamente chamadas de “melhoradas”, mas que, na realidade, só tem o desempenho esperado com a utilização dos recursos não-naturais, desse modo, dependendo exclusivamente desses, já que, sem a utilização, possuem um rendimento inferior às sementes naturais (crioulas). Vale ressaltar que, com a artificialização da agricultura, há o desequilíbrio de culturas, que são “contaminadas” pela modificadas e, assim, perdem sua diversidade. É preciso ter em vista que o pacote tecnológico da Revolução Verde privilegia somente a produção de alimentos enquanto mercadoria, em suma, para venda, desse modo, promovendo uma produção de monocultura de grãos, danificando o solo com a erosão genética e a extinção de espécies, que não resistem à violência das técnicas e instrumentos utilizados.

Quanto aos desastres sociais, a Revolução Verde contribuiu para o agravamento da dependência dos trabalhadores rurais, que não conseguiam acessar essas novas tecnologias, nem se adequar aos novos padrões de produção baseados na industrialização da agricultura e em largas extensões de terra e, como consequência do processo de modernização conservadora, foram expulsos do campo e marginalizados. Portanto, fica evidente que a adoção do pacote da Revolução Verde é incompatível com a igualdade e justiça social, pois despreza os saberes tradicionais milenares, além da diversidade de espécies e pluralismo dos sujeitos do campo, é escancarado o reducionismo da vida em prol do avanço e da acumulação do capital (Martins, 2022).

Portanto, o processo de modernização conservadora do campo, chamada também de “modernização dolorosa” (Silva, 1982) ou “modernização desigual” (Gonçalves Netto, 1997), agudizou a questão agrária, promovendo a ampliação das desigualdades, concentração de renda e terras, da degradação ambiental, além da pauperização do trabalhador rural. Ao passo que incentivou o controle de transnacionais e do capital financeiro sob a agricultura, nos moldes que se estabelecerá o agronegócio, ancorado também ideologicamente, por meio da propaganda e veículos midiáticos que “mascaram” a destruição e violência desse processo.

Desse modo, tem-se a hegemonização do capitalismo no campo na década de 1970, alterando as relações de trabalho, descritas até então como arcaicas e pré-capitalistas. Contudo, o trabalho assalariado constitui-se, dando continuidade às relações de dependência, na forma de subemprego e trabalhos temporários. Como resultado, do processo de modernização

conservadora como um todo, uma maior concentração de renda e terras, acelerando também o processo de migração para as cidades, já que para os trabalhadores rurais e camponeses não existia a possibilidade de reprodução social nos territórios que historicamente ocupavam (Martins, 2022).

Somado a isso, o aumento da fronteira agrícola era cada vez mais incentivado, por meio de isenção de impostos, incentivos fiscais, aumento do crédito rural e inserção mais direta das indústrias e capitais urbanos. Assim, grandes empresas como Bradesco, Camargo Corrêa, Volkswagen, adquiriam latifúndios praticamente de graça pela dedução de impostos, além das terras adquiridas serem utilizadas como garantias de empréstimo, desse modo, servindo como ativos financeiros. Portanto, essas medidas, sustentadas pelo Estado e suas organizações, reiteram o caráter excludente e violador do processo de modernização, conforme expresso por Figueiredo

O rolo compressor do Crédito Rural Orientado, apelidado de crédito tecnificado, mais interessado nos excedentes comercializáveis e no consumo de insumos de origem industrial, provocou uma progressiva padronização dos serviços extensionistas, deixando de lado tanto no discurso como sobretudo na prática dos serviços de extensão rural, suas conotações mais democráticas, sociais e cooperativas. A tendência que se afirmou foi a de concentrar as ações extensionistas em áreas produtoras e produtos de maior e mais rápida resposta aos incentivos fomentistas do governo federal. Os mais pobres foram relegados. Desativaram-se atividades ditas sociais e o planejamento a partir das bases. A extensão rural aceitou e tratou de apoiar o caráter elitista e excludente do estilo de desenvolvimento vigente. (Figueiredo, 1984, p. 21)

Estas medidas e políticas conservadoras e de expulsão do campo acabariam por intensificar os conflitos relativos à Questão Agrária. Nesse sentido, o regime utilizava como propaganda o Estatuto da Terra e a “maior reforma agrária já vista” para mascarar o fortalecimento de ações clientelistas e todo o processo de modernização conservadora.

Desse modo, a década de 1980 se inicia com a configuração de um novo contexto técnico produtivo no campo, com o estabelecimento de relações essencialmente capitalistas, em que os grandes latifúndios exploram densamente a força de trabalho do campo, extremamente fragilizada, com empregos sazonais e sem direitos trabalhistas. Isso aliado ao patrocínio de grandes agentes econômicos e do próprio Estado, que oferecia crédito e assistência técnica, além da adoção de tecnologia integrada às indústrias. A união desses elementos forma um Complexo Agroindustrial (CAI), dessa forma a agricultura torna-se um ramo de investimento de capital, possibilitando sua reprodução ampliada, assim como demais setores industriais (Martins, 2022).

Portanto, consagra-se a total e absoluta inserção do capital no campo, tornando essa forma de produção hegemônica a partir da década de 1980, subordinando os camponeses

(mesmo que esses não sigam essa lógica dominante) ao circuito de reprodução mercantil, já que sua mão de obra e de suas famílias são apropriadas pelos latifundiários.

Assim, é notório que o projeto de modernização conservadora do campo, apoiado pelo Estado autocrático empresarial-militar, foi bem sucedido. Ele cumpriu seu objetivo de reafirmar características arcaicas do campo, além de intensificá-las, desse modo, aumentando a concentração fundiária e de capital, estabelecendo uma agricultura monocultora, voltada à exportação. Também contribuiu para um expressivo êxodo rural que se realiza pela expulsão, já que uma grande massa de camponeses se viu obrigada a deixar o campo a fim de buscar condições mínimas para sua própria reprodução social nas cidades ou outras áreas menos afetadas, conforme evidenciado por Delgado (1985, p. 22)

[...] observa-se que entre 1970 e 1980 a população urbana aumentou em 54,5% (taxa geométrica anual de 4,5%), significando o influxo de 28,4 milhões de novas pessoas que se urbanizaram. Em apenas uma década, a proporção da população urbana, que é de 55,92% da população total, em 1970, passou a 67,57% em 1980. [...] parte dessa população migrante – 2,11 milhões de pessoas – realizou migração rural-rural em direção aos estados de fronteira agrícola (Amazônia, Pará, Rondônia, Acre e Mato Grosso).

Ademais, estabeleceu relações de trabalho capitalistas no campo, de forma extremamente dependente e exploratórias para os trabalhadores rurais, precarizados, não eram contemplados na CLT e que enfrentavam longas jornadas de trabalho em empregos sazonais, cujos salários não acompanhavam o crescente aumento da produtividade e lucro do latifundiário.

Dessa forma, reconhecemos que a Ditadura Empresarial-Militar foi um período de perdas para a classe trabalhadora, sobretudo a rural. Um período que moldou a lógica da produção de alimentos como observamos até os dias atuais, por meio da modernização conservadora do campo. Essa, unindo elementos arcaicos e modernos. Arcaico no que diz respeito à manutenção da concentração fundiária e da monocultura, em detrimento da reforma agrária para modernizar o campo. Modernização essa que se expressou através da adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde, com sementes modificadas e químicos que contaminam o solo, os alimentos, os trabalhadores e consumidores, além de contribuírem para a perda da diversidade de espécies. Também se destacam os malefícios sociais, já que contribuíram para a expulsão de uma massa de trabalhadores rurais, excluídos pela mecanização e industrialização da agricultura, reproduzindo a estrutura de dependência e aprofundando as desigualdades sociais. Mas, principalmente, destacando seu caráter essencialmente

contraditório, uma vez que não é capaz de superar a fome, conforme divulgado pelo Estado militar, pelo contrário, a aprofunda (Martins, 2022).

Portanto fica claro, que o processo de modernização do campo solidificou uma produção de alimentos padronizados, sobretudo de grãos, com a utilização de venenos e maquinário industrial, destinados à exportação. Dessa forma, sem considerar a soberania dos estados e a garantia de alimentos saudáveis para a classe trabalhadora. Há a sobreposição dos interesses do capital sobre a vida de milhares, que se deparam com a violência da insegurança alimentar e da **fome**.

2.2 A Fome enquanto expressão da Questão Agrária: A contribuição de Josué de Castro

A fome, temática principal dessa dissertação, conforme evidenciado, não foge à lógica de dominação imposta. Nesse sentido, a fim de adensar essa discussão é fundamental destacar a vida e obra de Josué de Castro. Esse, foi pioneiro no debate da fome no Brasil, médico, geógrafo e cientista social, Josué em suas importantes bibliografias, mas sobretudo em “Geografia da Fome”, aponta essa, como um problema social, fruto desse modo de produção e organização das relações sociais.

A fome no Brasil (...) é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdoblada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da “lavoura nômade”, o do café, o da extração da borracha e, finalmente o de certo tipo de industrialização artificial, baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas logo a seguir corrompendo os processos de criação de riqueza no país (...). É a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e elevando-os a matar sempre todas as suas “galinhas de ovos de ouro”. Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo. Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo (Castro, 1992, p. 280-281).

Desse modo, Castro demonstra em “Geografia da Fome” a generalidade dessa, que atinge todas as sociedades do globo, ao passo que também aponta as particularidades das regiões brasileiras, além da ineficiência do Estado ao enfrentamento da fome. Pois, conforme

defendido pelo autor, o fenômeno da fome se expressa de maneiras diferentes de acordo com as características físicas e, sobretudo, socioeconômicas dos territórios.

Ademais, Josué de Castro também se baseou em importantes obras literárias que abordam a temática da fome, destacando sua violência, e denunciando a situação social do Ceará, sobretudo para com os corpos pretos das periferias. Nesse sentido, podemos destacar o romance publicado em 1930 de Rachel de Queiroz - “O 15”, que retrata a grande seca que aconteceu em 1915 no Ceará. A autora evidencia as angústias de uma professora de Fortaleza, que visita a fazenda de sua família durante as férias. Em toda a obra são destacadas situações de vulnerabilidade da família, em detrimento da seca, com uma aterrorizante descrição da fome.

É fundamental destacar o contexto histórico que perpassa a obra, já que a grande seca de 1915 contribuiu para o avanço da miséria e da fome para o interior do Ceará, e, como refluxo dessas, há migrações em massa para a capital, de famílias buscando condições mínimas de vida. Como resposta do Estado, foram criados campos de concentração para abrigar os migrantes refugiados, onde centenas de pessoas morriam todos os dias, e as que sobreviviam, ficavam presas, sob custódia do exército e serviam como mão-de-obra barata para qualquer obra pública. Evidenciando mais uma vez, a incapacidade do Estado de enfrentar a fome, concentrando a população, apropriando de seu trabalho e afastando-a dos centros urbanos, adotando uma medida essencialmente higienista. Vale ressaltar que Fortaleza concentrava também uma elite burguesa, composta por empresários que lucravam com o avanço da exportação de algodão, que não queriam contato com essa massa indesejada, que buscava apenas sobreviver.

A autora expressa essa realidade sobretudo pela narrativa de Chico Bento, vaqueiro que perde seu meio de vida devido à seca e se torna um retirante, migrando para Fortaleza a pé com sua família, já que não consegue auxílio do Estado nem para o bilhete do trem. Durante o caminho, destaca a luta da família e de demais retirantes que encontram em sua jornada frente às situações de miséria, e descreve a desumanização desses indivíduos, que se aproximam a condição de animais, reduzidos aos seus instintos, diante da perversidade da fome.

Dia a dia, com forças que iam minguando, a miséria escalavrava mais a cara sórdida, e mais fortemente os feria com a sua garra desapiedada. Só talvez por um milagre iam aguentando tanta fome, tanta sede, tanto sol. O comer era quando Deus fosse servido. Às vezes paravam num povoado, numa vila. Chico Bento, a custo, sujeitando-se às ocupações mais penosas, arranjava um cruzado, uma rapadura, algum litro de farinha. Mas isso de longe em longe. E se não fosse uma raiz de mucunã arrancada aqui e além, ou alguma batata-brava que a seca ensina a comer, teriam ficado todos pelo caminho, nessas estradas de barro ruivo, semeado de pedras, por onde eles trotavam trôpegos, se arrastando e gemendo. (QUEIROZ, 2019, p. 28)

Ao chegarem na cidade, Chico Bento e sua família são levados para Alagadiço, um dos maiores campos de concentração dos arredores de Fortaleza. Lá, vivenciam uma violenta

realidade que não destoava daquelas que haviam saído, deparando-se diariamente com a violência do Estado, fome, miséria e morte.

E sem saber como, acharam-se empolgados pela onda que descia, e se viram levados através da praça de areia, e andaram por um calçamento pedregoso, e foram jogados a um curral de arame onde uma infinidade de gente se mexia, gritando, acendendo fogo. Só aos poucos se repuseram e se foram orientando. [...] Chico Bento olhava a multidão que formigava ao seu redor. Na escuridão da noite que se fechava, só se viam vultos confusos, ou alguma cara vermelha e reluzente junto a um fogo. Tudo aquilo palpitava de vida, e falava, e zunia em gritos agudos de meninos, e estralejava em gargalhadas e em gemidos, e até em cantigas. E estendendo a vista até muito longe, até aos limites do Campo de Concentração, onde os fogos luziam mais espalhados, o vaqueiro sacudiu na boca uma mancheia de farinha que lhe oferecia a mulher, e procurando quebrar entre os dedos um canto de rapadura, murmurou de certo modo consolado: — Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho... (Queiroz, 2019, p. 36)

Desse modo, as obras de Josué de Castro baseavam-se na literatura e na realidade social brasileira como um todo. Ademais, foram fundamentais para a abordagem e aprofundamento da temática da fome, que não tinha evidencia até então, e serviram como tomada de consciência favoráveis à população, que vivencia a fome e insegurança alimentar todos os dias, essas resultantes do modelo de produção, e de instituições que mercantilizam a reprodução da vida, sobretudo na região Nordeste, assim como na obra de Rachel de Queiroz. E que, infelizmente, mesmo após quase 80 anos de sua publicação original, ainda reflete a realidade do país. Essa fome é chamada por Castro de “**fome endêmica**”.

Adensando o “Geografia da Fome”, Josué pontua dois tipos de fome: a fome endêmica e a fome epidêmica. Essa primeira é caracterizada como a fome “cotidiana”, não pela sua naturalização, mas por estar fortemente enraizada nos territórios, solidificada nas estruturas sociais, e é majoritariamente invisibilizada. Esse tipo, exige intervenção contínua, por meio de políticas sociais públicas que abranjam toda a população atingida, reconhecendo suas particularidades. O que no Estado burguês, não ocorre de maneira efetiva, mas apenas de forma paliativa. Josué de Castro aponta que as regiões brasileiras mais atingidas pela fome endêmica são a Norte e Nordeste, regiões que permanecem as mais desiguais do país, com um massivo contingente populacional em insegurança alimentar, além do notório recorte racial. Já a fome epidêmica, de acordo com o autor, é aquela que ocorre em situações específicas, mais agudas e que tem maior comoção, com um curto período de tempo.

Em “Geografia da fome” (1946), o autor afirma que é fundamental superar os métodos de produção agrícola, através de reformas nas estruturas rurais vigentes. Desse modo, Josué destaca a Reforma Agrária como uma necessidade para modificar a lógica da produção, distribuição e comercialização dos alimentos.

Ademais, Josué de Castro não se limitou apenas a descrever cientificamente a problemática da fome, mas, principalmente, apresentava uma postura humanista e comprometimento político, ocupando a Presidência do conselho executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1953, e enquanto embaixador brasileiro junto à Organização das Nações Unidas (ONU). O autor também articulou a medicina à geografia, analisando problemas sociais e elaborando propostas concretas para a erradicação da fome, buscando a autossustentação e a soberania alimentar. Esteve ao lado das lutas pela terra, apoiando as Ligas Camponesas, na década de 1950, defendendo reformas de base, e, sobretudo, afirmando a solidariedade entre os povos, como possibilidade de construção de alternativas à fome.

À frente da presidência da FAO, em 1953, postulou um programa denominado “Dez pontos para vencer a fome”. Acerca desse plano, é essencial destacarmos “Combate ao latifúndio” e “Combate à monocultura”, elementos que sustentam o modelo capitalista de produção de alimentos e a lógica mercantil sob a sobrevivência humana. “Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas aos centros urbanos”, essa, que se aproxima das proposições das reformas de base de João Goulart, que serão abordadas no capítulo posterior. “Intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de policultura em pequenas propriedades”, reconhecendo a importância da agricultura familiar. “Progressiva diminuição, até absoluta isenção de impostos, da terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação”, possibilitando a existência de pequenos agricultores diante das progressivas taxações e expulsões do campo. “Amparo e fomento ao cooperativismo”, incentivando a solidariedade entre os povos; e “Realização de estudos técnicos de bromatologia (estudo dos alimentos) e da nutrologia”, buscando compreender de forma mais ampla o valor real dos recursos alimentares.

Dando continuidade à análise do fenômeno da fome, é fundamental destacarmos também o trabalho de Jean Ziegler, sociólogo suíço que reitera o posicionamento de Josué de Castro, afirmando que “Nos tempos atuais, a problemática da fome no mundo é fruto da organização social da ordem capitalista, que nega o acesso à alimentação para um contingente de pessoas” (Ziegler, 2013, p. 13). Ziegler, em entrevista, também demonstra a importância do trabalho de Josué de Castro, pioneiro no debate que Jean Ziegler deu continuidade

O médico nutrólogo brasileiro deveria ter um monumento em sua homenagem em muitas cidades brasileiras. Ele foi um dos primeiros no mundo a dizer que a fome não é natural, não é uma fatalidade e não estava ligada à falta de produção de alimentos. Castro quando recebia um paciente nas unidades hospitalares que atendia em Recife (PE), com sintomas de depressão e uma série de outras enfermidades, sempre dizia que o problema era decorrente da fome. Mesmo com a seca existente no Nordeste,

Josué de Castro sempre defendeu que a falta de comida era fruto da ação política do homem. Falava que o latifúndio era muito mais perverso do que qualquer problema da natureza. Por isso, um dos seus livros mais importantes, *Geografia da Fome*, foi traduzido em mais de cinquenta línguas. Ao fim da segunda guerra mundial esse foi o livro mais famoso da Europa, porque os europeus passaram a se atentar como o nazismo de Adolf Hitler organizava a fome como forma de destruição da população soviética. Nos campos de concentração, a falta de alimentação matou muito mais do que outras medidas assassinas dos nazistas. Josué de Castro faleceu na década de 1970, mas por ser um visionário previu o que estamos vivendo hoje (Ziegler, 2013, p. 13)

Assim, Ziegler destaca que a fome e insegurança alimentar são resultado do desenvolvimento capitalista, que nega direitos básicos como a alimentação saudável de milhões de indivíduos em todo globo em prol da acumulação e ampliação de valor de transnacionais. Também demonstra o controle que essas possuem frente aos Estados nacionais, podendo influenciar diretamente em normativas e regulamentações.

Hoje temos dez transnacionais que potencializam a fome no mundo. Esse grupo econômico controla 85% de todos os alimentos negociados no planeta. Fixam preços, controlam a distribuição e assim decidem todos os dias quem poderá comer, quem vai passar fome e quem vai morrer sem alimentação. Essas transnacionais controlam, sobretudo, os alimentos de subsistência, como milho, arroz e trigo, o que muitas vezes encarece a cesta básica. Ainda vale lembrar que as transnacionais são tão poderosas que intervêm no Estado e passam por cima de qualquer normativa contrária a elas, impondo um mercado totalmente liberalizado e privatizado (Ziegler, 2013, p. 13).

Ademais, Ziegler em seu livro “Destrução em massa – geopolítica da fome” (2012) denuncia a devastação causada pela fome, seus mecanismos mortíferos, além de propor alternativas para seu enfrentamento.

Na primeira parte da obra, o autor explicita sua violência, principalmente sob os países do hemisfério sul, além de criticar os métodos estatísticos e de cálculo da FAO/ONU e dos Estados Nacionais, que limitam a expressão da fome apenas aos *déficits* de alimentação (calorias), desprezando a nutrição em vitaminas e demais micronutrientes, fundamentais para a sobrevivência humana.

Argumentam que os estatísticos de Roma determinam os déficits em termos de calorias, isto é, de macronutrientes (proteínas, glucídios e lipídios) que fornecem calorias e, portanto, energia. Mas não consideram as deficiências das populações em termos de micronutrientes a carência de vitaminas, minerais e oligoelementos. Ora, a ausência, na alimentação, de iodo, ferro, vitaminas A e C, entre outros elementos indispensáveis à saúde, produz a cada ano cegueira, mutilações e morte para milhões de pessoas. (Ziegler, 2012, p. 23).

Assim, o autor evidencia como o Estado burguês mascara a incidência da fome através da subnotificação, limitando as vítimas a números, sem compreender o fenômeno da fome de maneira qualitativa.

Acerca do hemisfério Sul, Ziegler aponta que a fome incide, sobretudo nas comunidades rurais mais pobres, continuamente violentadas pelo processo de expulsão do campo promovido pelo capital, extremamente violento, levando a óbito sujeitos que resistem e lutam pela terra. Nesse sentido, o autor destaca que essas comunidades são propositalmente invisíveis ao Estado, já que esse representa os interesses das elites agrárias em seu processo de reprodução ampliada. Isso é notório quando pensamos nas crises econômicas do capital, Ziegler ressalta principalmente a de 2008, em que os Estados nacionais investiram e financiaram a recuperação de diversos bancos e empresas, enquanto aumentava expressivamente o número de famílias em extrema pobreza, vulnerabilidade social e fome.

Já na segunda parte da obra, Ziegler desmente a teoria Malthusiana que coloca a fome como uma fatalidade “natural”, e demais expressões desse pensamento. Nesse momento o autor reitera as ideias de Josué de Castro, demonstrando que a fome não é “natural”, mas sim, provocada pelo homem, e, portanto, precisa de uma intervenção direta. Contudo, também traz dados desoladores sobre a permanência da condição de miséria na região analisada por Castro, mostrando que “o homem caranguejo continua existindo” (referência a obra “Homens e caranguejos” de Josué de Castro - 1966). Ziegler aponta que

Atualmente, mais de 40% dos homens, mulheres e crianças de Recife vivem nas sórdidas favelas que margeiam o Capibaribe. Mais de um milhão de pessoas moram ali, sem fossas assépticas, esgotos, água corrente, eletricidade, e carentes de segurança. Nos casebres de lata, madeira ou papelão, ratos famintos mordem e às vezes matam os bebês. A área metropolitana de Recife figura na lista das zonas mais mortíferas do Brasil, com 61,2 homicídios para 100.000 habitantes. A taxa de crianças e adolescentes vítimas de homicídios é uma das mais elevadas do mundo. As crianças abandonadas se contam aos milhares são, frequentemente, as primeiras vítimas dos esquadrões da morte. [...] Alguns dos pequenos que encontrei não tinham três anos, estando expostos a todos os perigos, a todos os abusos, a todas as violências, a todas as doenças e à fome mais aguda. Todos aqueles que conheci certamente morreram antes de chegar à idade adulta. [...] Mulheres curvadas pela tristeza e seus filhos famélicos, em farrapos, mantêm-se à distância das luzes, escondidos na penumbra. Quando as caminhonetes se afastam, esses miseráveis se lançam sobre os restos: cabeças de peixe, espinhas que ainda guardam algum pedaço de carne... tudo lhes serve. Os espinhos são mastigados. Com o coração partido, observei esse espetáculo algumas vezes. No tempo em que Josué de Castro percorria as favelas, cerca de 200.000 pessoas viviam ao longo do leito pantanoso do Capibaribe. Depois, os migrantes rurais invadiram até mesmo a superfície da água, multiplicando as construções rudimentares sobre estacas. Castro observou a forma surpreendente como essa população se alimentava. O Capibaribe é um longo rio que desce da cadeia montanhosa costeira. Suas águas são turvas e turbulentas no inverno, quando, no interior, são frequentes os temporais e as tempestades de julho-agosto. Mas, durante a maior parte do ano, o rio é uma cloaca imunda na qual a população das favelas defeca e urina um grande pântano, quase imóvel, onde caranguejos se multiplicam. No seu romance *Les Hommes et les crabes* (Homens e caranguejos) (1966) Castro descreve o “ciclo do caranguejo”. Os homens fazem suas necessidades fora dos seus casebres, no rio. Os caranguejos, coprófagos, alimentam-se dessas dejeções, tanto como de outras imundícies depositadas no leito do rio. Depois, os ribeirinhos, com as pernas atoladas na lama até os joelhos, removem o lodo, apanham os caranguejos, comem-nos, digerem-nos e defecam. Os caranguejos se alimentam do que os homens

defecam. Os homens apanham os caranguejos e os comem... Esse é o ciclo. (Ziegler, 2012, p. 93-94).

Na terceira parte do livro, Ziegler denuncia as principais empresas e grupos econômicos do setor agrícola, que constituem a agroindústria, e que, conforme mencionado anteriormente, são responsáveis pelo controle da produção mundial, determinando o preço e comércio dos alimentos. Esses grupos apontam que a fome é resultado da insuficiência da agricultura mundial, incentivando a industrialização e mecanização do campo, de investimento de capital em tecnologias. Vale ressaltar que esse processo, assim como o da Revolução Verde abordado no capítulo anterior, **não soluciona a fome, a agrava**. Esse discurso neoliberal, que tem o intuito de eliminar a agricultura familiar policultora contribui para a perda da soberania dos Estados nacionais sob a produção de alimentos. Ziegler demonstra que essa lógica já se encontra nas organizações que deveriam regular a produção e o comércio, como o OMC, FMI e Banco Mundial, reforçando e estruturando a incidência da fome e subalimentação.

Em seguida, na próxima parte, o autor explica a ineficácia do Programa de Alimentação Mundial (PAM) e da própria FAO, ambos herança de Josué de Castro. O autor evidencia que o Programa surge como uma ajuda humanitária de urgência, sustentado por doações dos países mais ricos, principalmente dos Estados Unidos, e, portanto, está intrinsecamente dependente dos Estados burgueses, que não tem o interesse de erradicar a fome. Ziegler também evidencia que esse não fora o modelo pensado por Castro, que sempre combateu a “indústria da fome”.

Na parte seguinte, o sociólogo tece críticas aos “abutres do ouro verde”. Esses, seriam produtores de agrocarburantes que defendem a utilização de energia vegetal como alternativa à degradação do meio ambiente. Ziegler demonstra que a produção demanda muita água e energia além de ocupar vastos territórios e utilizar veneno, forçando a expulsão da população local. Há também a análise na particularidade brasileira, no Proálcool, responsável pela produção de 45% do etanol produzido no mundo, segundo publicação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos de março/2012. Nesse sentido, Ziegler demonstra que a produção ampliou a concentração de terras por parte das oligarquias e demais transnacionais, comprometendo até mesmo a Floresta Amazônica.

[...] a fronteira agrícola do Brasil está em deslocamento constante: a cana avança para o interior do planalto continental e o rebanho bovino, que aí tinha seus pastos há séculos, migra para o oeste e o norte. Para obter novas pastagens, os latifundiários e as sociedades transcontinentais queimam a floresta dezenas de milhares de hectares por ano. A destruição é definitiva. Os solos da bacia Amazônica e de Mato Grosso, cobertos por florestas primárias, só possuem uma fina camada de húmus. Mesmo que um improvável acesso de lucidez se apoderasse dos dirigentes de Brasília, eles não poderiam recrivar a floresta Amazônica, o “pulmão da Terra”. Conforme um cenário admitido pelo Banco Mundial, prosseguindo o ritmo atual da prática das queimadas, 40% da floresta Amazônica terão desaparecido em 2050... (Ziegler, 2012, p. 195)

Esse cenário se agrava quando pensamos que os monopólios contam com o apoio e financiamento de bancos públicos, institucionalizando a especulação da terra e dos alimentos, o que o autor aborda na sexta e última parte da obra. Assim, Ziegler descreve como o aumento do preço de alimentos bases, como arroz, trigo e milho condicionam milhões de pessoas à fome. A especulação dos alimentos, somada ao crescente processo de compra ou arrendamento de terras, sustenta a crise alimentar, controlando hegemonicamente o que é produzido, sua forma de produzir e seu preço. Nesse sentido, o autor destaca que esse processo não gera apenas fome, mas uma progressiva perda de diversidade, violência e morte.

Na maioria dos casos, as famílias são expulsas de suas terras ancestrais; suas hortas e pequenos cultivos são logo destruídos, enquanto a promessa de uma justa compensação permanece letra morta. Pois bem: com a expulsão dos pequenos camponeses, o que se põe em risco é a segurança alimentar de milhares de pessoas. O que desaparece é também um conhecimento prático ancestral, transmitido de geração em geração – o conhecimento da terra, a demora da seleção dos grãos em função dos solos, a insolação e as chuvas, tudo isso é liquidado em poucos dias. Em seu lugar, os trustes agroalimentares implantam monoculturas de espécies híbridas, ou geneticamente modificadas, cultivadas sobre a base de sistemas agroindustriais. Eles cercam as parcelas, de modo que os camponeses ou os nômades nem sequer têm acesso às margens dos rios, à floresta, às pastagens. Especulando quanto aos víveres, especulando quanto à terra, os *traders*, de fato, especulam com a morte. (Ziegler, 2013, p. 231)

Portanto, Ziegler, ao longo de toda a obra, analisa o contexto contemporâneo da letalidade do fenômeno da fome e seus determinantes, contudo, o autor defende uma alternativa de enfrentamento a partir de instrumentos democráticos. Nesse sentido, é fundamental destacar que, diante do avanço das necropolíticas de Estado, é impensável cogitar um “capitalismo humanista” ou um Estado de bem-estar social, sobretudo nas economias dependentes. Apesar disso, as contribuições de Ziegler são essenciais para a compreensão do cenário da fome nesse estágio do capital, trazendo categorias e elementos essenciais para sua análise.

Dessa forma, partindo do reconhecimento da fome enquanto problema estrutural, é preciso buscar alternativas e bandeiras de luta para a defesa do direito à uma alimentação saudável, nutritiva, sem os moldes do modelo capitalista. Contudo, esse posicionamento é extremamente desafiador, já que as ofensivas do agronegócio, apoiado pelo Estado burguês, permanecem ditando a forma e o que se produz no país, visando exclusivamente ao lucro de poucas organizações/aglomerados, que produzem monoculturas, e assim, o acesso aos alimentos é regido pela lógica de acumulação capitalista.

O modelo de produção e tecnológico praticado pelo agronegócio no Brasil e em muitos países, ao buscar o controle da oferta dos produtos alimentares e dos sistemas agrícolas, com elevada predisposição para a permissividade na presença do capital estrangeiro através de acordos e fusões agroindustriais entre empresas nacionais e

estrangeiras, inclusive para a apropriação de terras, prejudica as iniciativas favoráveis à soberania alimentar nacional. Impõem condições concretas para que o abastecimento alimentar brasileiro fique subordinado ao mercado internacional sob o controle das grandes empresas privadas. Isso já resultou na eliminação dos estoques estratégicos governamentais nacionais a partir das pressões da Organização Mundial do Comércio – OMC em nome do livre comércio mundial e da distorções (*sic*) mercantis que esses estoques poderiam provocar. Isso levou a que no passado os governos com vocação neoliberal tenham inclusive eliminado, e privatizado as redes públicas de armazenagem, no Brasil e em todo mundo. Deixaram assim a oferta de alimentos à mercê dos interesses das grandes empresas. (Stédile; Carvalho, 2010, p. 7)

Esse cenário evidencia as contradições desse modo de produção, já que poucas empresas e complexos agroindustriais concentram enormes quantidades de terra, com uma produção que não atende as necessidades da nação, ao passo que a maior parte da população em insegurança alimentar vive no meio rural e, portanto, poderia produzir alimentos para sua própria subsistência (Stédile; Carvalho, 2010).

Stédile e Carvalho destacam como essa lógica de acumulação privada é danosa, pois compromete a soberania dos Estados, a garantia de uma alimentação saudável, diversificada e sem venenos, e até mesmo a preservação do meio-ambiente, massivamente destruído, muitas vezes de forma irreversível e que põe em risco a sobrevivência humana.

A artificialização da agricultura pelo crescente uso de insumos de origem industrial, a agroindustrialização dos alimentos, a padronização mundial dos hábitos alimentares da população e a manipulação industrial para a oferta de alimentos com sabores, odores e aparências similares aos naturais, aliados ao aumento da oligopolarização dos controles corporativos das cadeias produtivas alimentares, nos indica, entre outros fatores, que inversamente à construção de uma soberania alimentar, se caminha uma tirania da dieta alimentar, homogeneizada e manipulada, em busca apenas de altos lucros para as grandes corporações agroindustriais. Sendo provável que até 2050 a população mundial aumente de dos atuais 6,3 bilhões para mais de 9 bilhões, tudo leva a crer que a produção agrícola precisará crescer em 70% na oferta de alimentos para sobrevivência da humanidade, segundo o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura. Ora essa perspectiva coloca em aberto a expansão do agronegócio internacional. Daí que a busca pela apropriação de terras agricultáveis no Brasil não apenas compromete os biomas no país como fazem do seu povo, em particular os camponeses, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, meros objetos a serem descartados de seus territórios para darem lugar ao (*sic*) interesses de lucro do agronegócio. (Stédile; Carvalho, 2010, p. 5)

Desse modo, fica claro que os processos de acumulação de terras e capital por multinacionais exclui os pequenos agricultores, ao passo que artificializa e envenena o solo e os alimentos produzidos. Há, assim, uma agricultura sem agricultores. E uma produção de alimentos que gera fome.

Isso é perceptível quando analisamos, por exemplo, o Relatório das Ações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI, 2024). Esse, registrou uma diminuição

expressiva de 85% nos casos de insegurança alimentar grave no Brasil. Em termos numéricos, 14,7 milhões de indivíduos deixaram de enfrentar a fome no país, que antes afetava 8% da população e, atualmente, caiu para 1,2%, conforme dados divulgados pela Secretaria de Comunicação Social (Brasil, 2024). À primeira vista, ao tomarmos conhecimento dessa informação, podemos interpretá-la como um indicativo de um panorama positivo no combate à fome. No entanto, essa perspectiva não se sustenta completamente quando analisamos o contexto em sua totalidade, uma vez que o Brasil ainda figura no Mapa da Fome.

Aprofundando a reflexão sobre a realidade nacional, é crucial considerar que, embora tenha havido avanços em comparação com períodos anteriores, não há garantias de que essa melhoria seja duradoura. Isso porque, em 2014, o Brasil havia supostamente superado a questão ao sair do Mapa da Fome, mas, diante das crises agravadas pela pandemia de COVID-19, o país retornou a essa condição crítica. Esse quadro é resultado do enfraquecimento das políticas públicas de enfrentamento à pobreza e da desestruturação das medidas de proteção social, intensificadas por governos com orientações ultraneoliberais, desde o golpe de 2016, que destituiu a presidente Dilma, substituída por Michel Temer, que assume a presidência da república.

Esse cenário não ocorre apenas em nosso país, em escala global, a situação também não é animadora. O relatório mencionado indica um retrocesso de 15 anos, com um aumento generalizado da desnutrição, da insegurança alimentar, do atraso no desenvolvimento infantil, entre outros problemas. Essa estagnação é alarmante e evidencia as disparidades sociais, já que nações de baixa renda, especialmente na África, são as mais afetadas, onde grande parte da população não tem condições financeiras para manter uma alimentação saudável e nutritiva. Esses dados coexistem e contrastam com o crescimento significativo dos índices de obesidade, demonstrando que a discussão sobre alimentação é muito mais profunda e multifacetada, demandando ações que levem em conta as particularidades sociais e geográficas das populações.

Dessa forma, é fundamental ressaltar que o problema alimentar observado é fruto do modelo de produção capitalista, que prioriza a geração de lucro em detrimento de uma produção que assegure uma nutrição adequada para todos. A elevação dos preços dos alimentos, as alterações climáticas e as desigualdades socioespaciais são elementos inerentes e naturalizados nesse sistema, e só podem ser superados juntamente com ele. Portanto, apesar das conferências, relatórios e esforços promovidos por organizações e entidades internacionais, as questões relacionadas à fome e às mudanças climáticas continuam sem soluções claras e eficazes.

Pode-se depreender, que a forma hegemônica de produção de alimentos, contemplada pelo agronegócio é essencialmente contraditória e viola continuamente o ser humano e a natureza. Ademais, utiliza de instrumentos ideológicos e midiáticos para exaltar o “agro” como avanço e tecnologia, ao passo que mascara a violência para com uma massa de famintos. Assim, há a necessidade de buscar formas de reivindicar o direito à terra e uma produção de alimentos que garanta nutrição e dignidade para a classe trabalhadora, através da organização coletiva e de formação política. Compreendendo que alimentar-se bem e com dignidade é um direito coletivo, portanto, não se deve perder de vista a dimensão política dos alimentos.

A alimentação saudável não se restringe à questão nutricional e biológica, nem a um ato individual e impessoal. Alimentação é um ato político, é um direito coletivo, em que se expressa a cultura de cada povo, e que sofre as pressões e imposições das políticas neoliberais e do poder decisório das corporações do sistema agroalimentar (GUHUR; SILVA. 2021, p. 68-69).

Nesse sentido, reconhecemos no Brasil a centralidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos sociais do mundo e o maior da América Latina, há mais de 40 anos unindo coletivos em luta, reivindicando a Reforma Agrária, promovendo formações políticas para a classe trabalhadora e defendendo alternativas para o enfrentamento da fome.

3 A LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA POPULAR DO MST E ALTERNATIVAS À FOME: O PROJETO PLANTIO SOLIDÁRIO NA ZONA DA MATA MINEIRA

3.1 A Retomada da luta pela terra

Conforme explicitado no capítulo anterior, a modernização conservadora do campo, aliada aos pacotes tecnológicos adotados, sobretudo o da Revolução Verde, deram forma ao modelo de agricultura hegemônico no Brasil, expresso através do agronegócio, conforme os interesses do grande capital nacional e internacional. Contudo, seria um grande engano afirmar que as lutas pela da terra teriam cessado, já que, após a redemocratização na década de 1980, a classe trabalhadora camponesa se organizou, lutou e buscou formas de reivindicar uma produção de alimentos mais justa, democrática, plural.

Pode-se dizer, a priori, que as movimentações frente a retomada das lutas pela terra ocorrem até mesmo durante o regime ditatorial. Em 1975 há a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com setores progressistas da Igreja Católica e Luterana apoiando a luta dos camponeses, principalmente nas regiões de maior violência, como nas fronteiras agrícolas, também apoiava e organizava ocupações de famílias camponesas, como estratégia para a conquista de espaços e visibilidade, contestando o autoritarismo no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado oficialmente após o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984 na cidade de Cascavel (PR).

Todavia, é essencial evidenciar que o MST surge a partir de um processo de lutas construídas nos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, que, nas décadas seguintes se espalhou para as cinco regiões do país. Nesse sentido, podemos destacar manifestações antes de sua fundação oficial: como as ocupações das granjas de Macali e Brilhante (RS) de 1979; criação do acampamento Encruzilhada Natalino de Ronda Alta (RS) em 1981; dentre outros. Nesse mesmo acampamento, Encruzilhada Natalino, foi criado o “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra”, instrumento de vanguarda de comunicação em massa do Movimento e que tinha como objetivo divulgar informações e solicitar apoio de demais sujeitos coletivos de luta como sindicatos, movimentos sociais, etc. Vale ressaltar que, nos dias atuais esse chama-se “Jornal Sem Terra”. Infelizmente, o acampamento não conquistou a Reforma Agrária, porém, o conflito se encerrou com a 5º Romaria da Terra, com a Igreja Católica adquirindo uma área da cidade de Ronda Alta e utilizando-a como abrigo provisório para os acampados.

Desse modo, o MST se tornou símbolo de resistência dos trabalhadores rurais, que encontraram no movimento um espaço de organização e resistência frente às violações acentuadas durante a Ditadura Empresarial-Militar. Ao longo de sua trajetória, o movimento estabeleceu seus princípios fundamentais: direção coletiva, divisão de tarefas, planejamento, crítica e autocrítica, estudo e vinculação permanente com as massas, a fim de direcionar toda e qualquer ação do Movimento (MST, 2005).

Dando continuidade, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, ocorre o I Congresso Nacional do MST. Nesse, foram definidas palavras de ordem “Ocupação é a Única Solução” e “Terra para quem nela trabalha”. Ambas ressaltam as ocupações como um poderoso instrumento de luta, e refletem a compreensão, por parte dos trabalhadores rurais organizados, de que o Estado, representando os interesses da classe dominante burguesa, não realizará a reforma agrária, já que modernizou o campo tecnicamente, sem a redistribuição de terras. Portanto, os trabalhadores reconhecem que são os principais sujeitos interessados na ruptura desse padrão capitalista de produção e organização, e buscam, através das ocupações, uma ação coletiva direta. Vale ressaltar que, através dos Congressos, o MST materializa suas instâncias organizativas, fixando suas linhas políticas em prol da reforma agrária e propiciando espaços de organicidade e organização para a classe trabalhadora (Grossi, 2014).

O MST ganhou ainda mais força após a redemocratização em 1985, tensionando a correlação de forças vigentes, a fim de colocar em prática o Estatuto da Terra, formulado na Ditadura, utilizado como propaganda militar, mas nunca efetivamente executado. Nesse sentido, o governo Sarney institucionaliza o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que desapropriaria 43 milhões de hectares e assentariam 1,4 milhão de famílias, por meio do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad). Contudo, o Plano foi uma grande decepção, pois apenas 90 mil famílias, aproximadamente, foram assentadas (6% da meta), apesar da pressão das ocupações

[...] quando eleito pelo Colégio Eleitoral, Tancredo convidou para assumir a presidência do Incra o fazendeiro e engenheiro agrônomo José Gomes da Silva. Ele era considerado a maior autoridade em reforma agrária no Brasil [...]. No final de maio de 1985, o grupo coordenado por José Gomes da Silva entregou às lideranças políticas um plano intitulado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) [...]. O objetivo do plano era dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do mandato de Sarney, assentando 1,4 milhão de famílias [...]. Em 10 de outubro daquele ano, o presidente Sarney assinou o Decreto n. 91.766 aprovando o PNRA. Porém, a versão aprovada era muito distinta da que havia sido apresentada pela equipe do Incra. Durante a tramitação da proposta, ela foi totalmente desfigurada e tornada impraticável. Ao verem no que ela se transformara, José Gomes da Silva e seus colaboradores deixaram o governo. (Morissawa, 2001, p. 107).

Dessa forma, mais uma vez, fica clara a defesa dos interesses do latifúndio na decisão de limitar as conquistas da classe trabalhadora, que, por sua vez, encontrava no MST e suas frentes, um espaço de identificação de classe e de construção de instrumentos coletivos de resistência, luta e educação. Porém, mesmo em cenário desfavorável, é fundamental destacarmos vitórias institucionais, sobretudo os artigos 184 e 186 da Constituição Federal de 1988, que assegura a desapropriação das terras que não cumprem sua função social, desse modo, tornando constitucional.

Apesar disso, o projeto democrático reivindicado pelo MST e demais movimentos sociais e sujeitos coletivos em luta não se efetivou. Em 1989, com a primeira eleição direta em 29 anos de República e a vitória de Fernando Collor de Mello, apoiado pela classe dominante burguesa, agrária e a mídia, houve a adesão ao projeto neoliberal no Brasil. O governo Collor foi marcado pela forte repressão dos movimentos sociais do campo, além de medidas como privatizações, abertura econômica, sistematizados no Plano Collor. Esse, fora marcado sobretudo pelo sequestro dos depósitos em banco da população por 18 meses, causando grande comoção e insatisfação. Ademais, também é importante destacar a reestruturação das empresas e fábricas, que se adequaram ao modelo toyotista de produção⁴, marcado pela fragmentação e terceirização do trabalho, alta rotatividade e intensificação, desse modo, precarizando as condições de vida dos trabalhadores, ao passo que enfraquece as organizações sindicais.

Nesse período, o MST, considerado inimigo da classe dominante, utilizou como um de seus instrumentos políticos de luta as marchas, contestando as medidas neoliberais do Plano Collor e reivindicando Reforma Agrária. Nesse contexto, em 1990, ocorre o II Congresso Nacional do MST, sob o lema “Ocupar, resistir, produzir”. Essa máxima, somada a do Congresso anterior “[...] corresponde ao desafio assumido pelo movimento de se organizar internamente e continuar seu processo de territorialização, através da defesa da estratégia de ocupação, como ferramenta legítima dos trabalhadores na luta pela reforma agrária” (Grossi, 2014, p. 208).

Vale ressaltar que o Governo Collor era a expressão do neoliberalismo no Brasil, e, dessa forma, estava alinhado com as orientações do Consenso de Washington⁵, que estabelecia

⁴ O modelo toyotista de produção, surgido no Japão no pós-guerra, busca flexibilizar a produção por meio do sistema *just in time*, eliminando desperdícios e exigindo trabalhadores multifuncionais. Essa aparente eficiência intensifica a exploração ao aprofundar a alienação e a precarização do trabalho. Ao impor maior envolvimento dos trabalhadores sem reduzir sua subordinação ao capital, o toyotismo reafirma a lógica da acumulação, tornando a exploração mais sutil e internalizada.

⁵ O Consenso de Washington foi um conjunto de recomendações de políticas econômicas formulado em 1989 pelo economista John Williamson, com o objetivo de orientar reformas neoliberais em países da América Latina. Essas diretrizes foram elaboradas a partir da visão de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos.

reformas tributárias, redução dos gastos do Estado, privatizações, desregulamentação dos direitos trabalhistas, abertura comercial, dentre outras medidas favoráveis ao acúmulo de capital, apoiadas pelo FMI, desse modo, o governo representava o interesse dos ruralistas, com um posicionamento claramente anti-reforma agrária. Grossi (2014) destaca que nesse período de difícil correlação de forças o MST deu ênfase na cooperação, ainda que sob os moldes capitalistas de produção.

Nos anos 1990, a ênfase do MST foi na cooperação através do surgimento de cooperativas regionais. Esse é um momento de consolidação, territorialização dos primeiros assentamentos e do surgimento das Cooperativas de Produção Agrícola - CPAs. É importante dizer que mesmo com o esforço envidado pelo MST para a organização da produção da agricultura através da cooperação, não foi possível deixar de reproduzir o modelo de agricultura capitalista, considerando inclusive o atrelamento do repasse de crédito individual à adoção do pacote tecnológico hegemônico. (Grossi, 2014, p. 209)

Nesse sentido, o cooperativismo é fundamental no MST visto que está ligado ao trabalho coletivo e ao seu potencial de desenvolver sentimentos de solidariedade de classe, criando relações sociais que não estão pautadas no individualismo e na competição, tipicamente capitalistas. Esse, somado à educação política, são fundamentais para o fortalecimento dos assentamentos, possibilitando a formação de novos quadros e lideranças, fortalecendo ainda mais o Movimento (Medeiros, in Motta, 2005).

Em virtude das fortes contradições do governo Collor, além da massiva insatisfação popular após o confisco dos depósitos, levou com que os próprios setores da classe dominante que o elegeram, operassem sua deposição. Desse modo, a mídia divulgou imensamente as denúncias de corrupção das “contas fantasma” e de caixa dois. Ademais, a eclosão de manifestações como a da “Juventude Cara Pintada” reclamando a destituição de Collor contribuíram para que, entre setembro e dezembro de 1991 ocorresse de fato o processo de *impeachment*. Collor, nesse sentido, renunciou antes de ser julgado, mesmo assim, teve seus direitos políticos cassados pelo Senado.

Dando continuidade, assume a presidência do Brasil o vice de Collor, Itamar Franco, que se aproximava mais dos setores democráticos. Isso é perceptível quando pensamos na aproximação com o MST, que, pela primeira vez, foi recebido em audiência, e nessa foi afirmada o comprometimento do Estado de efetivar a Reforma Agrária. Assim, em 1993, é promulgada a Lei nº 8.629, denominada Lei Agrária⁶.

⁶ A Lei Agrária de 1993, formalmente conhecida como Lei nº 8.629/1993, regulamenta a reforma agrária no Brasil, detalhando os critérios para a desapropriação de terras improdutivas e sua destinação à reforma agrária. A legislação estabelece parâmetros para a função social da propriedade, vinculando-a ao aproveitamento racional, à utilização adequada dos recursos naturais e ao respeito às leis trabalhistas. No entanto, a lei mantém a estrutura

Em 1994, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, há, novamente, a retomada do projeto neoliberal, com o sucateamento do Estado e abertura para o mercado internacional. Isso se reflete também na política agrícola, com a imposição de transgênicos e da monocultura de soja, visando a exportação. Nesse sentido, o MST busca novas articulações com a classe trabalhadora, internacionalizando a luta pela terra, impulsionando, sobretudo, a própria Via Campesina, criada em 1993. Ademais, com o III Congresso Nacional em 1995, o Movimento adota o lema "Reforma Agrária: uma Luta de Todos", aproximando a luta do campo à cidade, destacando a importância da reforma agrária enquanto uma conquista coletiva para a classe trabalhadora (Grossi, 2014).

Grossi evidencia como a resposta do Estado foi extremamente violenta, demonstrando que o MST representa um risco real à classe dominante

Os massacres de trabalhadores rurais sem-terra em Corumbiara, Rondônia, em 1995, e em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, onde foram assassinados 21 sem-terra, são demonstrativos da resposta dada pelo Estado à luta pela terra que se materializava através de algo intolerável para as classes dominantes e, particularmente, para os grandes proprietários de terra, as ocupações. É também importante atentar para o fato de que o MST passa a ser reconhecido ou a se colocar como um sujeito coletivo político legítimo na luta pela terra. Neste sentido, é inegável o impacto político causado pelas ocupações de terra e pela conquista de assentamentos em todo Brasil. (Grossi, 2014, p. 212)

Em 1997, o Movimento utiliza outra estratégia, visando atrair a atenção e urbanizar a luta com a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”. Em 1999 ocorre outra, “Marcha Popular do Brasil”, com outros movimentos sociais e pautas mais amplas, mas com o apoio político do MST, como forma de fortalecer e capacitar as organizações, estreitando laços com movimentos urbanos (Grossi, 2014).

Dessa forma, ao final dos anos 1990 fica nítido o comprometimento do MST enquanto um agente político e de massas, construindo uma Reforma Agrária que engloba a questão ambiental, com base na produção de trabalho coletivo, visando a segurança alimentar (Morissawa apud Grossi, 2014, p. 213).

Nesse momento o MST também busca articulação política e institucional, assim, destaca-se, sobretudo, as universidades públicas. Essa união é fundamental, pois demonstra o entendimento de que é preciso ocupar espaços de produção e socialização de conhecimento científico, garantindo uma *práxis* vinculada a teoria crítica. Dessa forma, a partir dessa parceria, o MST, por meio de seu setor de formação e demais instituições de nível superior, passa a ofertar cursos de formação voltados para militantes de movimentos sociais do campo (Grossi, 2014).

fundiária concentrada, pois a desapropriação de terras depende de indenização prévia, favorecendo a classe proprietária e limitando a redistribuição efetiva da terra.

Portanto, fica claro que o investimento em educação e formação do MST configura um movimento de resistência e contra-hegemonia diante do avanço do neoliberalismo. Esse processo enriqueceu politicamente o MST, possibilitando um enfrentamento que tem em vista transformações societárias (Grossi, 2014).

Nos anos 2000, o MST continua defendendo a máxima da reforma agrária, lema do IV Congresso Nacional – “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Ademais, nesse congresso foi explicitado o enfrentamento diante das imposições dos transgênicos e monopólios multinacionais, por meio de linhas políticas e ações que defendam uma forma de produzir de forma sustentável, garantindo o bem estar ambiental, econômico e social. (Morissawa, 2001). Também é fundamental evidenciar que, a partir do IV Congresso, a agroecologia assume um papel central no Movimento, visto que essa contrapõe diretamente o modelo de agricultura da classe dominante, dessa forma, apresentando-se enquanto alternativa e bandeira de luta (Grossi, 2014).

Isso se reflete na criação da Jornada da Agroecologia em 2001. Essa, ocorre anualmente, em encontros estaduais com a participação de movimentos sociais do campo, coletivos, ONGs, estudantes e militantes. A priori, como lema “Jornada de Agroecologia – Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”, sintetiza as temáticas discutidas e abordadas no evento, com oficinas, conferências, atividades culturais e demais espaços de intercâmbio e formação dos sujeitos políticos. Atividades como essa são extremamente importantes pois aproximam múltiplos sujeitos, fortalecendo o diálogo e a luta organizada, por meio da solidariedade e reconhecimento de classe (Tardin *apud* Grossi, 2012). Os Encontros também efetivaram ações concretas frente ao combate aos transgênicos, nesse sentido podemos destacar a lei contra os transgênicos no estado do Paraná e uma ocupação de um laboratório de pesquisa da Monsanto, em Ponta Grossa, que fora fechado, como conquista da luta coletiva (Grossi, 2012, p. 219). Ainda acerca do direcionamento do MST em relação a centralidade da agroecologia, há também o resgate das sementes crioulas, fundamentais para a identidade da agricultura camponesa, ameaçadas pela crescente inserção de transgênicos, sementes híbridas e venenos que ameaçam a diversidade natural.

Em 2007 há o V Congresso Nacional, inovando os debates, mas mantendo como lema a Reforma Agrária, dessa vez com o lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. Dessa vez, abordando e criticando a maneira predatória que o capital explora o ser humano e a natureza. Nesse Congresso foi amplamente defendida a capacidade de reforma agrária enquanto instrumento para a democratização da terra, além da importância de produzir alimentos saudáveis, possibilitando a soberania alimentar

[...] a Reforma Agrária agora, é mais do que reestruturar a propriedade da terra, é necessário reestruturar toda produção e vida social no campo. [...] é a disputa entre dois modelos de sociedade: de um lado, o modelo do agronegócio e, de outro, a reforma agrária popular (MST, 2007, p. 91).

Ademais, há a caracterização ainda mais precisa da questão ambiental, por meio da adoção da agroecologia como matriz produtiva e estratégia política. Portanto, fica nítido que o IV e V Congressos avançam na construção de um modelo de agricultura contra-hegemônico, expresso pela reforma agrária popular e que reivindica espaços na correlação de forças vigentes (Grossi, 2012, p. 224).

Nesse sentido, a fim de efetivar as ações e movimentações de luta do MST, é preciso denunciar os efeitos destrutivos do agronegócio, além de politizar e difundir as ideias da agroecologia enquanto uma contracorrente e resistência a dominação imposta. Faz-se necessário que toda a classe trabalhadora reconheça a importância da agroecologia, pois seus benefícios não se limitam apenas ao campo, mas a toda a sociedade, visto que a superação do modelo de produção capitalista é a única maneira de defender o planeta de sua total destruição.

Desse modo, o MST estabeleceu-se como o maior movimento social da América Latina. Desde sua criação em 1984 segue reivindicando a democratização da terra por meio da reforma agrária e o direito a uma alimentação saudável. Após mais de 40 anos, em que amadureceu político, teórico e organizacionalmente, mostra-se um importante ator na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, conscientizando e politizando a classe trabalhadora, e na promoção de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a justiça social.

3.2 A Reforma Agrária Popular do MST e alternativas à Fome: a centralidade da Agroecologia e Soberania Alimentar

Diante desse cenário é necessário buscar alternativas para garantir o acesso à terra, que, conforme apresentado anteriormente, concentra-se cada vez mais em latifúndios. É preciso efetivar o acesso à agricultura familiar, responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, uma alternativa fundamental de luta pela terra que merece destaque e centralidade é a **reforma agrária popular**, apresentada no VI Congresso Nacional do MST em 2014. Essa pode ser definida não apenas como a perspectiva da distribuição de terras, mas sobretudo, conforme evidenciado por Stédile (2014) uma compreensão também da questão ambiental, pautada em um modelo produtivo que compreenda e reconheça os limites do ser humano e natureza.

Quanto a luta pela reforma agrária popular, o MST assume um papel central, liderando os debates acerca da questão, sendo uma bandeira fundamental do movimento, aliada a união da classe trabalhadora, conforme evidenciado por Grossi (2020)

Os elementos fortalecedores do caráter popular da reforma agrária de novo tipo do MST, para serem concretizados, demandam a construção coletiva do conjunto da classe trabalhadora do campo e da cidade, iniciando-se com o fortalecimento e ampliação de um arco de alianças, indispensável para a luta anticapitalista, nesse momento histórico de crise civilizatória em que, sob domínio do capital, todos os bens da natureza e da cultura popular são transformados em mercadoria. (Grossi; 2020, p. 181)

Assim, o Movimento reconhece na reforma agrária popular um processo maior de organização de sujeitos coletivos, reapropriando a natureza sem os moldes mercantis, promovendo uma compreensão política ao colocar os trabalhadores rurais, camponeses e povos tradicionais como protagonistas de um contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio, construindo uma resistência ao capital. Grossi (2014) define a Reforma Agrária Popular do MST como um elemento que não prevê apenas a democratização da terra, mas também seu uso, mesmo nos assentamentos que já conquistaram o direito à terra

[...] o MST defende que, a realização da reforma agrária se constitui num dos elementos fundamentais para a superação da insustentável realidade ambiental, pois proporciona condições para a mudança do modelo produtivo da agricultura, articulando a melhoria das condições de vida com a preservação ambiental. Por isso, a reforma agrária, para além da distribuição da terra, deve se centrar no seu uso, o que necessariamente incorpora a dimensão ambiental, que deve ser vista não como um entrave, mas como condição e possibilidade para o desenvolvimento dos assentamentos. (Grossi, 2014, p. 216)

No centro da reforma agrária popular é fundamental destacar a **agroecologia**. Essa tem uma construção mais recente e se refere a união dos saberes e conhecimentos dos povos tradicionais já “que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (LEFF, 2002, p. 42). A união desses saberes possibilita a produção de alimentos saudáveis, pois a agroecologia não segue a lógica capitalista como o agronegócio e seu modelo de produção, que desgasta e envenena o solo, os alimentos e as pessoas. A agroecologia prevê uma nova forma de organizar a terra, que foge à lógica de reprodução de valor, e que possibilita uma produção de alimentos que respeite o ser humano e a natureza. Portanto, a produção agroecológica respeita as particularidades do território, sua população e a natureza.

Os princípios de agroecologia devem ser aplicados a partir da realidade específica da área onde se propõe a produção de alimentos limpos, para atender aos interesses da humanidade e não dos grupos econômico-financeiros. A agroecologia produz tecnologias limpas para qualquer escala de produção, com a substituição das

monoculturas por rotação de culturas, proteção dos biomas com reservas na unidade de produção, sucessão animal-vegetal, o não uso do arado de grade (não se move o solo), a fertilização sem composição sintética (agrotóxicos) e diminuição dos parasitas e doenças. (SOARES,2022, n.p.)

Há a valorização das sementes crioulas, com sua diversidade mantida, diferentemente das que são modificadas em laboratório, há o manejo do solo como um organismo vivo e adoção de métodos que não violam a natureza e o ser humano. Desse modo, a agroecologia é muito mais do que apenas um modo de produzir alimentos, essa se expressa como uma bandeira de luta, uma forma de organização que almeja modificar a lógica de mercantilização dos alimentos intrínseca no modo de produção capitalista. Assim, sujeitos coletivos como pequenos agricultores, militantes e movimentos sociais do campo e da cidade, encontram na agroecologia uma forma de resistir coletivamente ao processo homogeneizante imposto pelo capital, e a partir dela, construir uma contra hegemonia, conforme explicitado nas Jornada Agroecológica do MST, destacada anteriormente.

Faz um recorte de classes, afirmando-se como um coletivo político que se contrapõe diretamente ao capitalismo e sua expressão no agronegócio. O agronegócio se reproduz através do latifúndio e da concentração da terra, da invasão dos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais, da mercantilização dos bens naturais, do trabalho escravo, da exploração de trabalhadoras e trabalhadores, da violência armada, da expulsão das famílias do campo. O resultado é desestabilização da soberania alimentar do país, a depredação e contaminação da natureza e dos seres humanos. (Jornada de Agroecologia, 2022, n.p.)

Ademais, a agroecologia, coloca-se como meio para alcançar a **soberania alimentar**, outra categoria fundamental para o enfrentamento da fome. Nessa perspectiva, Stédile e Carvalho (2010) evidenciam que a tendência pelo controle oligopolizado da produção e distribuição de alimentos reitera o colonialismo, além de expressá-lo sob novas formas. Portanto, é necessário buscar alternativas para alcançar a soberania alimentar. Essa, foi inicialmente postulada pela Via Campesina em 1996, podendo ser definida como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo”. Desse modo, estabelece-se que a alimentação não deve ser tratada como uma mercadoria, mas sim um direito humano universal. Assim, a produção de alimentos, visando alcançar a soberania alimentar, deve ser organizada de forma que as populações de cada país possam ter o direito e dever de produzir o que corresponde as necessidades nutricionais e alimentares da região, levando em consideração os biomas do território.

Por fim, sabe-se que enfrentar a fome é uma difícil missão, já que a sociabilidade capitalista a reproduz continuamente, mas já é possível reconhecer expressivas manifestações

da organização coletiva, sob os moldes agroecológicos, para produzir alimentos e assim, construir alternativas para enfrentar o problema da fome.

3.3 Plantio Solidário: pelo direito à terra, à alimentação saudável e organização popular na Zona da Mata Mineira

A fim de elucidar como a organização popular pode ser um instrumento para enfrentar expressões da “questão social”, sobretudo a fome, podemos analisar a experiência do Plantio Solidário, na região da Zona da Mata Mineira.

3.3.1 Gênese e criação do Plantio Solidário – MST/ZM

O projeto foi criado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 2022, no período de flexibilização da pandemia de COVID-19, momento marcado pela agudização das desigualdades sociais e insegurança alimentar em todo país. A crise sanitária, juntamente com o desmonte das políticas sociais públicas e o governo ultraneoliberal vigente, que negligenciou a população mais vulnerável, levou o Brasil de volta ao Mapa da Fome. Nesse sentido, o Plantio Solidário surge como uma iniciativa que uniu coletivos do campo e da cidade, reconhecidos enquanto classe trabalhadora, para enfrentar a questão da fome e construir uma força organizada frente às ofensivas do capital.

O Plantio Solidário foi formulado com base no Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis, elaborado pelo MST. Esse, fora lançado em 2020, e tem como objetivo denunciar e apontar a destruição promovida pelo agronegócio, promover espaços de debate, articulações e organizações políticas, além de incentivar o plantio de 100 milhões de árvores (meta em até 10 anos) e a produção de alimentos saudáveis, sem utilização de veneno, seguindo o modelo agroecológico. Portanto, fica evidente que as bases do Plantio estão contempladas pela: **Reforma Agrária Popular do MST, Agroecologia, Intercâmbio entre campo e cidade, Solidariedade de classe e Soberania Alimentar**.

A partir desses princípios, o Plantio Solidário se organizou, a priori, como um mutirão semanal, que unia famílias de bairros periféricos de Juiz de Fora, mais atingidos pela insegurança alimentar, e os assentados do Dênis Gonçalvez, assentamento de reforma agrária vinculado ao MST, em Goianá/MG⁷. Nesses mutirões o objetivo era a produção de alimentos

⁷ Essa área compunha a Fazenda Fortaleza de Sant'Anna, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, abrangia aproximadamente 4.683,6 hectares e estendia-se pelos municípios de Goianá, Chácara, Coronel Pacheco e São João Nepomuceno. Em 25 de março de 2010, cerca de 150 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a propriedade, considerada improdutiva segundo laudo do Instituto Nacional de

que seriam doados às famílias dos bairros envolvidos no projeto. Ademais, o Plantio também tem um viés pedagógico, já que, ao realizarem as atividades, os sujeitos aprendiam sobre o manejo e cuidado da terra, além de, por meio da organização coletiva e das discussões fomentadas, criarem consciência dos danos causados pelo agronegócio e da lógica opressiva e excluente reproduzida no capitalismo.

Desse modo, unindo coletivos do campo e da cidade por meio da solidariedade de classe, nos moldes da agroecologia, o projeto alcançou resultados expressivos. Apenas em 2022, ano de criação do projeto, foram produzidos e doados 500kg de alimentos agroecológicos e 500kg de alimentos não perecíveis. Foram mais de 3.000m² plantados, envolvendo mais de 50 famílias de seis bairros de Juiz de Fora e mobilizando centenas de voluntários.

Em 2023 o Plantio Solidário expandiu-se. Assim, foi criado um Projeto de Extensão vinculado à Faculdade de Serviço Social da UFJF, iniciado em outubro, no qual sou bolsista. Além de ter mobilizado e alcançado outros espaços urbanos, como a Escola Polivalente no Bairro Benfica e Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo no bairro Caiçaras, onde são realizadas atividades pedagógicas semanais de formação e manejo de hortas, e a Creche Municipal Toninho Ventura no Vale Verde, que já possuia uma horta comunitária, com participação de crianças e jovens da comunidade e voluntários, chamado Mutirão da Meninada, que se uniu ao Plantio, mobilizando mais coletivos e dando mais visibilidade a ambas iniciativas.

Nesse sentido, acompanhei e participei das atividades do Plantio Solidário, não apenas como bolsista e pesquisadora, mas sobretudo enquanto militante, defendendo e acreditando nos princípios que constroem o projeto e o MST, principalmente no ano de 2024, enquanto produzia o TCC. Desse modo, serão apresentados, a seguir, a sintetização das principais atividades e formações das expressões do Plantio Solidário em seus múltiplos territórios. Foi utilizado, como base, o *Instagram* do projeto (@plantio.solidário.zm) e demais redes sociais do MST da Zona da Mata (@mst.zm.mg e @mst_mg) e através dos meus registros como participante e bolsista.

3.3.2 Sistematização das atividades ao longo do Projeto de Extensão

No mês de agosto de 2023 foram realizadas oficinas na Escola Municipal Professor

Colonização e Reforma Agrária (Incra). Posteriormente, a área foi destinada à reforma agrária, dando origem ao Assentamento Denis Gonçalves, que atualmente abriga diversas famílias e mantém significativa área de Mata Atlântica preservada.

Augusto Gotardelo no bairro Caiçaras, abordando as PANCS (Plantas Alimentícias Não Convencionais). Apesar de não ser um mutirão, fora ministrado pelo Plantio Solidário, o que demonstra mais uma vez seu caráter educacional e formativo, proporcionando às crianças da comunidade um contato com os saberes da terra, produzindo alimentos com base na agroecologia, que se confronta com à lógica degradante do capital.

Em novembro, ocorreu uma visita da escola do Caiçaras ao assentamento Denis Gonçalves, em Goianá - MG, sede do Plantio (em 2024). Nesse momento, as crianças conheceram a história do assentamento que abriga 155 famílias de trabalhadores rurais que produzem alimentos saudáveis para Juiz de Fora. Ademais, elas também visitaram as antigas instalações e dependências e as cachoeiras. É fundamental destacar que atividades como essa são extremamente importantes, pois aproximam os estudantes da cidade, com os assentados do campo, além de criar um espaço para reflexões fulcrais como a centralidade da Reforma Agrária Popular para a viabilização de uma forma alternativa de produção de alimentos e acesso à terra. No mesmo mês, no dia 25, há também o encontro das famílias do Plantio Solidário, evento que visava promover um encontro da solidariedade entre os territórios urbano e rural e formação popular, que ocorreu no bairro Vale Verde, como um encerramento das atividades do ano. Nesse dia foram realizadas atividades comuns do Plantio, como o Café Solidário, em que todos trazem algo para contribuir (comidas e bebidas), as místicas e o almoço coletivo; além de atividades especiais na programação para comemorar as conquistas do ano, como Cortejo Pisa Ligeiro (criado pelo MST/ZM), resgate de memória dos encontros do ano, e debate com as comunidades, e oficinas de pintura, turbante e plantas medicinais e ancestralidade.

Já em dezembro de 2023, há o encerramento das atividades na escola do bairro Caiçaras. Como resultado objetivo da inserção do Plantio, reconhecemos a criação de uma horta comunitária, chamada Harriet e Tereza (nome dado pelos estudantes), aproveitando um espaço inutilizável da escola para produzir alimentos saudáveis. Contudo, quando pensamos para além da objetividade, é notório a construção de um trabalho coletivo e pedagógico, que visa a construção de uma alternativa à lógica mercantil de produção de alimentos, atrelado, sobretudo, à educação e criação de consciência e solidariedade de classe.

Em 2024, há a continuidade das atividades do Plantio Solidário, com reunião realizada no dia 17 de fevereiro, presencial no Armazém do Campo de Juiz de Fora⁸, com o objetivo de

⁸ O Armazém do Campo de Juiz de Fora é um espaço dedicado à comercialização de produtos oriundos de assentamentos e acampamentos da reforma agrária popular, promovendo a agroecologia e a economia solidária. Inaugurado em 13 de janeiro de 2023, está localizado na Avenida Francisco Bernardino, nº 30, no centro da cidade, ao lado da Praça da Estação. O Armazém do Campo também atua como um espaço cultural, promovendo eventos e atividades que dialogam com as políticas do movimento.

avaliar as atividades do ano anterior, planejar e organizar a do ano que se iniciava. Ademais, ocorreu também uma reunião *online* no dia 27 do mesmo mês, através da plataforma Google *meet*, mais acessível aos estudantes, coletivos e demais militantes que não conseguiram comparecer na anterior.

Desse modo, o primeiro mutirão do ano acontece no dia 3 de março, o Mutirão da Meninada, na Creche Municipal Toninho Ventura, localizada no Vale Verde, como de costume, no primeiro sábado do mês. Nesse dia, o trabalho foi organizado em grupos, que realizaram as tarefas de recolher o lixo da praça (próxima da creche) e o plantio de mudas de árvores e plantas ornamentais, desse modo, revitalizando a praça, espaço público e coletivo importante do bairro. Ademais, no momento de formação, fora realizado um debate coletivo, promovido por estudantes voluntários da UFJF, sobre o genocídio do povo palestino promovido por Israel. Mais uma vez, reiterando o caráter libertário do Plantio Solidário. E, no dia 23 de março, ocorre o mutirão no assentamento Dênis Gonçalves. Nesse dia foi comemorado o aniversário de 14 anos de ocupação do território do assentamento, e, portanto, o mutirão tinha o caráter de reafirmar a luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, além de, obviamente, produzir alimentos agroecológicos coletivamente. Fora oferecido um ônibus saindo do Centro de Juiz de Fora, para possibilitar a ida dos voluntários da cidade, com um valor acessível.

Em abril de 2024, novamente no primeiro sábado do mês (6), foi realizado o Mutirão da Meninada, dando continuidade às tarefas desenvolvidas no mês anterior. O mutirão na sede do assentamento Denis Gonçalves não ocorreu, devido às movimentações do MST-ZN, diante da conquista do primeiro acampamento de Juiz de Fora. O acampamento fica localizado na Rodovia MG-353, Km 114, no bairro Monte Verde, Juiz de Fora – MG.

Já em maio há uma mudança significativa no Plantio Solidário que muda as atividades para o recente acampamento que ainda não tinha um nome, era chamado de Fazenda Confraria (nome de antes da ocupação) visando fortalecer as ações e a legitimidade da ocupação desse território para a reforma agrária popular. É fundamental destacar que várias das famílias que realizaram a ocupação partiram da experiência do Plantio Solidário. Eram famílias em vulnerabilidade social da periferia de Juiz de Fora, que a partir desta experiência, amadureceram a decisão de participar da ocupação e lutar pelo acesso à terra. Isto já demonstra o caráter educativo e organizativo desta experiência do plantio. Desse modo, o mutirão ocorreu no sábado (4), com o objetivo de organizar os espaços coletivos, a área dos barracos das famílias, além de abrir o espaço para produção de alimentos. Vale ressaltar que, como se trata de um território de Juiz de Fora, é possível acessá-lo por meio de um ônibus urbano, saindo do Centro da cidade – Avenida Getúlio Vargas. Ademais, há também a retomada, no dia 16 de maio, do Plantio na

Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo, no bairro Caiçaras, que, dessa vez, conta com a participação de outros coletivos da cidade como o Fórum 8M e a Frente Autônoma JF. Com atividades realizadas semanalmente com os estudantes da escola. Portanto, mais uma vez é reafirmado o compromisso do projeto com a educação, introduzindo princípios agroecológicos no cotidiano escolar, através da horta, promovendo um senso de pertencimento por parte dos estudantes, famílias e educadores da comunidade, além de levantar debates acerca da luta pela terra e produção de alimentos.

No dia 1º de junho, ocorre mais um mutirão no acampamento (que ainda não tinha nome), comemorando um mês de ocupação. Nesse dia, as famílias acampadas, assentadas (do Denis Gonçalves) e demais militantes e colaboradores, realizaram um roçado para preparar a terra para o plantio e o manejo do pomar. A união de tantos sujeitos coletivos em prol da produção de alimentos saudáveis para doação, demonstra como a solidariedade de classe através do mutirão é um importante e efetivo instrumento de transformação social. Na escola do Caiçaras, a ação do mês focou em como a saúde da terra é importante na produção de alimentos saudáveis e, consequentemente, na saúde humana, que consome seus frutos. Ademais, já foi possível observar os resultados objetivos do Plantio Solidário, com a colheita de rabanetes.

Em julho, no dia 6 foi realizado o Plantio no Vale Verde (Mutirão da Meninada), dando continuidade às tarefas dos meses anteriores. Ademais, mesmo com as férias na escola do Caiçaras, o projeto continuou a todo vapor, já que os estudantes estavam presentes, além de levarem irmãos e primos para ajudarem e conhecerem o Plantio. Isso, por si só, já reafirma o potencial de expansão do Plantio Solidário, que envolve e articula cada vez mais famílias e territórios em Juiz de Fora. Ao longo do mês, no Caiçaras, foi continuada a montagem de irrigação, manejo dos canteiros, sobretudo de PANCs, com um momento de identificação e formação sobre a Buva, PANC resistente ao glifosato. Vale ressaltar também, que nesse mês, dia 28, foram realizadas atividades em conexão com o acampamento, finalmente nomeado de Roza Cabinda, em homenagem a escravizada que viveu em Juiz de Fora e sua história de luta pela liberdade. As atividades, do dia 18, consistiam em buscar folhas de mamona no bairro para a produzir calda de mamona, utilizada para combater as formigas que comem as verduras dos canteiros sem o uso de venenos, já que o Acampamento Roza Cabinda visa produzir alimentos agroecológicos. Dessa forma, fora produzido na escola, 8 litros de calda de mamona para fortalecer a produção das famílias do acampamento. Já no dia 19, a calda produzida chega no Acampamento, sendo utilizado pelas famílias nas áreas destinadas a produção coletiva. Nesse mesmo dia foram realizadas mais tarefas em mutirão, como cobertura com esterco e palha,

plantação de uma linha de diversidade com margaridão, feijão guandu, girassol e cosmos. Vale ressaltar que houve a colaboração de companheiros do País Basco, fortalecendo o espírito internacionalista da luta pela terra. Por fim, no dia 28 é realizado o encontro (“oficial”) do Plantio Solidário, que passa a ser aos domingos, geralmente o terceiro do mês, visando incentivar e facilitar a ida dos voluntários em virtude do ônibus urbano (linha 523) ser gratuito em domingos e feriados, assim como as demais linhas de ônibus.

Em agosto, o Mutirão da Meninada ocorreu no dia 3, onde foi realizado o cuidado com o canteiro e a colheita do que fora produzido, separado e distribuído entre as famílias do bairro (FIGURA 1 e 2). Já as temáticas na escola do Caiçaras abordaram, mais uma vez, as PANCs destacando seu caráter “não convencionais” apenas para o mercado, já que ancestralmente são alimentos disponíveis para a alimentação cotidiana, com base no Manifesto do CONSEA de 2015. Além do manejo dos canteiros e a colheita que resultou em maços de temperos com salsinha, manjericão, nirá, folha de capuchinha, picão branco e lavanda. No dia 18, ocorreu mais um mutirão no Acampamento Roza Cabinda, nesse dia, além do trabalho na área de produção, de plantar mudas de beterraba, houve um espaço formativo sobre a história do MST.

Em setembro, o Mutirão da Meninada aconteceu no dia 14, já que na primeira semana era feriado nacional, no dia, demos continuidade aos cuidados dos canteiros de alface, couve, espinafre e beringela, além do plantio de quiabo e beterrabas (FIGURA 3), e, após isso uma discussão coletiva sobre alimentação saudável, independência e soberania alimentar. Na escola do Caiçaras, os trabalhos tinham como temática o modo de vida rural, mas sob uma perspectiva de resistência ao capitalismo e ao agronegócio. Com a visita ao sítio do Srº Antônio, avô de estudantes, que tem um curral no bairro, ele relata que esse vasto território costumava ser apenas uma enorme fazenda, com apenas uma família proprietária. Hoje, milhares de famílias ocupam a área, e que, assim como ele, constroem uma história de resistência à lógica urbano-industrial, reivindicando o direito à cidade e ao campo. O Plantio Solidário na Acampamento Roza Cabinda aconteceu no dia 29, com o mutirão e uma atividade formativa, como de costume. No dia, plantamos mudas de árvores nativas, como paineira, aroeira, goiabeira, e, também o manejo dos canteiros de beterraba, alface e cenoura. Já na formação, demos continuidade aos debates realizados na escola do Caiçaras, abordando elementos característicos da destrutividade do agronegócio (seus instrumentos, técnicas e reflexos na sociedade), e, reafirmamos as alternativas de resistência a esse, expressas na agroecologia (FIGURA 4).

Em outubro, há a continuidade das atividades, com o Mutirão da Meninada no dia 5, foi feita a colheita de beterraba, chuchu e rúcula (FIGURA 5), cuidado com os canteiros (FIGURA 6) e conversa sobre o direito à alimentação saudável. No bairro Caiçaras, foram realizadas

tarefas nos canteiros e conversas sobre o sistema agroalimentar em que nos inserimos, e como, através da organização coletiva, podemos reivindicar alternativas e buscar transformações. Já o mutirão no Acampamento Roza Cabinda foi realizado no dia 26, excepcionalmente no sábado. Nesse dia, recebemos como convidado Daniel Catito, do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA) de Viçosa, que realizou o momento de formação sobre manejo agroecológico do solo, evidenciando técnicas de composto orgânico para evitar pragas na produção, sem utilizar venenos.

Em novembro, há a continuidade do trabalho em mutirão no Roza Cabinda, no dia 10. No mês também foi inaugurada, na horta da Escola Municipal Profº Augusto Gotardelo do bairro Caiçaras, a Farmácia Medicinal Marielle Vive. Essa, é mais um fruto da relação e articulação entre a escola e MST, através do Plantio Solidário. Também foi realizada uma troca de saberes entre os estudantes do projeto e alunos da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, em Lima Duarte, que oferece aos estudantes de ensino médio um curso técnico em agroecologia. Por meio do diálogo e da escuta entre diferentes sujeitos e territórios, foi possível estabelecer uma construção comunitária, pilar da Educação em agroecologia.

Encerrando o ano, em dezembro, no dia 15, ocorreu o III Encontro de Confraternização de Final de Ano do Plantio Solidário. Nesse dia, realizamos o mutirão, plantando milho e finalizando o composto orgânico, novamente com a participação do Daniel do CTA Viçosa, e demais coletivos de Barbacena, voluntários do Mutirão da Meninada, UFJF e demais áreas de Juiz de Fora (FIGURA 7). Ademais, também tivemos um momento de debate e reflexão sobre a variedade de espécies ameaçadas pela hegemonização do agronegócio, sobretudo o milho (FIGURA 8). E, ao final, comemoramos a conquista do acampamento, a produção de alimentos saudáveis, e o sucesso e expansão do Plantio para outras áreas. Assim, realizamos uma tarde cultural, com bingo, música e feira de trocas. Todo o valor arrecadado foi destinado à produção de alimentos agroecológicos e às famílias que ocupam o acampamento. Na escola do Caiçaras, foi realizada mais uma troca de saberes, dessa vez, com o Assentamento Dênis Gonçalves e os estudantes e educadores da escola, localizada no assentamento. Na ocasião, os alunos conheceram a produção agroecológica, de frutas, milho, mandioca, criação de animais, etc. Nesse sentido, foi possível estabelecer um importante debate sobre a sobrevivência num meio urbano-sintético e a conquista da vida digna na terra enquanto fruto da luta coletiva e organizada que o MST vem construindo há 40 anos. Assim, foram encerradas as atividades na Horta Harriet e Tereza, na Escola Municipal Augusto Gotardelo, reiterando as temáticas abordadas ao longo de todo o ano, com a perspectiva de ocupar ainda mais periferias com agroecologia e justiça social.

As ações e atividades de 2025 já estão sendo programadas, com a expectativa de retomada das atividades em fevereiro. O Plantio Solidário segue reivindicando conquistas para a classe trabalhadora, visando construir uma sociabilidade com mais justiça social, unindo campo e cidade em prol de uma produção de alimentos alternativa, que respeite o ser humano e natureza, nos moldes agroecológicos, e tendo como horizonte político a Soberania Alimentar.

Figura 1 - Voluntários e produção Mutirão da Meninada (03/08/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 2 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (03/08/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 3 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (14/09/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 4 - Formação Plantio no Acampamento Roza Cabinda (29/09/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 5 - Colheita Mutirão da Meninada (05/10/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 6 - Trabalho nos canteiros Mutirão da Meninada (05/10/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 7 - Orientação e trabalho com composto orgânico - Acampamento Roza Cabinda (15/12/2024)



Fonte: Autoria Própria

Figura 8 - Amostra de diferentes espécies de milho - Acampamento Roza Cabinda (15/12/2024)



Fonte: Autoria Própria

3.3.3 Contribuições do Plantio: Projeto de Extensão, TCCs e Produções Científicas

Para além dos trabalhos desenvolvidos no mutirão e em momentos de formação política (trabalho de base), o Plantio Solidário também teve sua expressão acadêmica, através de várias produções. Isso se dá, evidentemente, pela relevância do projeto que, enquanto iniciativa, promove a inclusão e a participação ativa das famílias em situação de insegurança alimentar a um processo de produção de alimentos saudáveis, construindo autonomia e formando indivíduos mais politizados e organizados enquanto classe. Portanto, esse item visa apresentar sinteticamente as principais produções que relatam e analisam a enriquecedora experiência do Plantio Solidário

Nesse sentido, após um ano de existência do Plantio, foi criado um projeto de extensão junto à Faculdade de Serviço Social da UFJF, já mencionado anteriormente, chamado “Plantio Solidário: pelo direito à terra, à alimentação saudável e à organização popular”. Esse, a princípio, tinha duração de 12 meses (foi continuado, está em seu terceiro ano), e está inserido na área de Direitos Humanos e Justiça, coordenado pela professora Mônica Grossi, como vice-coordenadora a professora Elizete Menegat e com a colaboração da professora substituta da FSS/UFJF e dirigente do MST, Michelle Neves Capuchinho.

Assim, o referido projeto de extensão tem como objetivo geral fortalecer a iniciativa do Plantio Solidário dimensionando seu caráter formativo e prático no combate à fome, na construção da agroecologia e da reforma agrária popular, contribuindo para o fortalecimento de movimentos sociais e populares e de outras organizações da sociedade civil. A fim de efetivá-lo foram estabelecidos objetivos específicos: Debater e fortalecer o direito à terra e a alimentação saudável; ampliar a articulação entre o campo e a cidade na busca por direitos humanos; desenvolver ações investigativas, formativas e sócio organizativas junto aos participantes do projeto (MST, Coletivo Pretos e Pretas, Mutirão da Meninada, movimentos urbanos, estudantes da UFJF, voluntários e famílias atendidas pelo projeto); acompanhar os grupos de trabalho organizados pelo projeto, contribuindo nas discussões, definições e desenvolvimento de ações; acompanhar e contribuir com ações nos mutirões, nas plenárias e encontros com as famílias envolvidas no projeto.

O trabalho foi desenvolvido prioritariamente com metodologias qualitativas. As atividades de investigação e de extensão foram materializadas através de estratégias envolvendo um diagnóstico com base em estudos de fundamentação teórica, análise de documentos produzidos sobre o Plantio Solidário, observação participante em atividades e pesquisa participante; trabalho socioeducativo através da realização de mutirões de plantio e colheita, oferta de capacitação em agroecologia e a promoção das famílias e organizações envolvidas no Plantio Solidário. Também foram realizadas rodas de conversa, grupos focais, atividades de mobilização, contatos com possíveis novos parceiros, acompanhamento e avaliação, articulações, registro e monitoramento, divulgação e avaliação participativa, etc.

Já sobre os trabalhos acadêmicos podemos destacar trabalhos de conclusão de curso, como este, que relatam as contribuições do Plantio com diferentes objetos de estudo, metodologias e em múltiplas áreas do conhecimento. Nesse sentido podemos destacar o TCC para a graduação em pedagogia de Júlia Guerra Gomes, uma das organizadoras do Plantio, chamado “Forma-ação no Plantio Solidário: A educabilidade do mutirão”. Nesse, Júlia “analisa as experiências formativas experimentadas pelos sujeitos participantes do projeto, em especial dos sujeitos representantes das famílias mobilizadas para compreender a educabilidade dos mutirões dentro do projeto” (Gomes, 2023). Também, o TCC para a graduação em serviço social de Vitória Nacarate Machado, chamado “Expressão política da agroecologia na experiência do Plantio Solidário – MST”. Este trabalho “analisa o Plantio Solidário MST como materialização da politização da Questão Ambiental e da agroecologia, enquanto elementos estratégicos inseridos na luta pela Reforma Agrária Popular” (Machado, 2024). Ademais, o TCC de Thamara Barbosa Teixeira Dias (Dias, 2022) do curso de Psicologia, realiza uma

análise do Plantio Solidário a partir das categorias, formação política, trabalho e saúde mental, debatidas com base no referencial da psicologia crítica e marxista, conclui que o processo formativo historicizado e crítico, em conjunto com o trabalho não alienado e coletivo desencadeou um sentimento de pertença e melhorias na saúde mental do público atendido.

A experiência do Plantio Solidário também se expressou em artigos e relatos de experiência publicados em periódicos, além de apresentações em eventos científicos, como o XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em dezembro de 2024. Neste Congresso, destacam-se relatos de experiência do Plantio Solidário no eixo temático “Construção de conhecimento agroecológico”, publicado nos cadernos de agroecologia. Um dos relatos intitulado: Plantio Solidário: a educabilidade do mutirão, redigido por Júlia Guerra, Angelica Cosenza, Cristina Schittini e Drielli Selleri, relata e sistematiza “[...] as metodologias próprias encontradas na educabilidade dos mutirões, partindo do trabalho coletivo em solidariedade, da organicidade do MST e dos princípios agroecológicos ali vivenciados” (Guerra, Cosenza, Schittini, Selleri).

Nesse contexto também podemos destacar o artigo “Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira” publicado na Revista Libertas, da Faculdade de Serviço Social da UFJF. As autoras, dentre as quais me incluo, envolvidas diretamente com o projeto de extensão e/ou no cotidiano do Plantio, discutem “a reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome no Brasil, destacando a análise da experiência realizada pelo MST na zona da mata mineira” (Grossi, Capuchinho, Souza Machado, Dias). Vale ressaltar que esse artigo fora apresentado no ENPESS 2024 – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, inscrito no eixo temático “Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, das mesmas autoras, sob uma forma mais sintética, conforme o padrão do evento, ademais, fora publicado em seus anais com o nome “Reforma Agrária Popular do MST e a construção de alternativas à fome: uma análise da experiência do Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira”.

Portanto, reconhecemos no Plantio Solidário como um rico objeto de estudo, já analisado por diferentes áreas e metodologias, por múltiplos intelectuais, e mesmo assim, cada novo trabalho revela novas categorias sobre o projeto. Assim, é notório que o Plantio Solidário continuará com sua relevância, não apenas na produção de alimentos saudáveis, mas academicamente, provocando novas reflexões, estudos, projetos de extensão, TCCs, teses, dentre outros. Ao passo que também inspira projetos semelhantes, sempre tendo em vista a conquista de direitos para a classe trabalhadora.

3.3.4 Síntese, Análise da experiência e Objetivos futuros

No dia 10 de fevereiro de 2025, ocorreu a primeira reunião do Plantio Solidário, feita de forma *online* através da plataforma Google *meet*, envolvendo coletivos, lideranças e voluntários. Nesse momento, a priori, saudamos as conquistas do projeto ao longo dos três anos, relembrando sua formação e suas transformações.

Ademais, abordamos também as perspectivas de construção para o ano de 2025. Desse modo, mantiveram-se os mutirões no primeiro sábado do mês no bairro Vale Verde (Mutirão da Meninada) e no terceiro domingo no Acampamento Roza Cabinda, reafirmando o caráter formativo junto do trabalho com a terra. Além disso, fora firmada parceria com o Feijão de Ogun, evento que ocorre anualmente, vinculado ao Movimento Negro Unificado (MNU), que tem o propósito de debater e enfrentar as desigualdades que afetam a comunidade negra, e de promover a relevância do reconhecimento e da preservação da cultura de origem africana. No evento, também será preparado o feijão, além da realização de atividades culturais (apresentações de dança, música, dentre outros), com a participação de diversos coletivos em luta do campo e da cidade.

Portanto, os trabalhos do Plantio até o mês de julho de 2025 terão como foco a produção do feijão, com mutirões de plantio, capina e colheita. Há também a articulação de mais trabalhos junto à UFJF, com a visita de estudantes ao Acampamento Roza Cabinda. Vale ressaltar a preservação do vínculo com a Faculdade de Serviço Social, com o projeto de extensão, o qual fui bolsista, sendo renovado por mais um ano e com um novo estudante bolsista. Ainda sobre o projeto de extensão, será produzido um videodocumentário, junto com estudantes de audiovisual, a fim de divulgar à comunidade acadêmica as atividades realizadas, as famílias, comunidades e territórios acompanhados desde outubro (início do projeto de extensão), e que demonstre a magnitude do trabalho realizado.

Dessa forma, as atividades de 2025 começaram oficialmente no dia 22 de fevereiro, no bairro Vale Verde, Mutirão da Meninada. Nesse dia, além do trabalho na horta da Creche Municipal Toninho Ventura, foram doados uma tonelada de alimentos aos moradores e voluntários. Nesse momento, demonstramos como a solidariedade é uma arma capaz de produzir transformações significativas para a classe trabalhadora e a importância da união do campo e da cidade (FIGURA 9). Esses alimentos foram produzidos por famílias acampadas/assentadas do MST, em parceria com a Cooperativa da Reforma Agrária e da Agricultura Camponesa da Zona da Mata (COOPERMATAS), conforme divulgado no Jornal Tribuna de Minas.

Assim, já é evidente que, mesmo com apenas três anos do projeto, indo para o quarto,

esse se mostrou um eficiente instrumento de enfrentamento da fome, conscientização e mobilização popular. O Plantio demonstra que através da organização coletiva, é possível resistir às crescentes violações reproduzidas continuamente na sociabilidade capitalista, de como o povo unido e consciente de suas potencialidades pode lutar e conquistar espaços, com a perspectiva de construir uma contrahegemonia na correlação de forças.

É notório, com base nos registros expressos anteriormente, o potencial de expansão e de alcance do projeto, que ocupa cada mais espaços do campo e da cidade de Juiz de Fora, mobilizando cada vez mais sujeitos coletivos em luta, promovendo formação política ao passo que realiza o trabalho de base. Nesse sentido, o Plantio, em seus mutirões e trabalhos nas escolas, possibilita um maior conhecimento dos territórios e suas histórias, sendo utilizado enquanto instrumento para reflexão crítica da realidade.

Adensando as discussões, pode-se afirmar, para além da formação política, que a práxis do mutirão e demais atividades reiteram a concepção ontológica da categoria trabalho, segundo Marx.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos (Marx, 2013, p. 255).

Vale ressaltar que, na sociabilidade capitalista, por meio do trabalho assalariado, há a separação do trabalhador do fruto de seu próprio trabalho, gerando alienação, ao passo que reproduz a lógica burguesa de dominação (Marx, 2008). Por outro lado, os sujeitos que participam do Plantio Solidário, encontram no trabalho coletivo uma contracorrente, recuperando o sentido ontológico, renegando a concepção de trabalho enquanto exploração, enquanto promove a práxis atrelada a um princípio formativo e de coletividade.

Desse modo, sabemos que a fome vai continuar existindo, pois essa é estrutural no capitalismo e só será superada em uma nova sociabilidade construída pelo poder popular. Contudo, até que esse dia finalmente chegue, projetos como o Plantio Solidário tensionam a correlação de forças estabelecidas e fortalecem a defesa de uma agricultura que corresponda às necessidades da população, que alimente e nutra. E, acima de tudo, demonstra que a classe que vive do trabalho, através de organização coletiva, consegue resistir às ofensivas do capital e vislumbrar sua emancipação.

Figura 9 - Alimentos doados no bairro Vale Verde (22/02/2025)



Fonte: Sarah Gehren.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desenvolvida neste trabalho, com base no método materialista histórico-dialético, constatamos que a fome é uma expressão histórica e estrutural da questão agrária no Brasil, marcada pela profunda concentração fundiária e pela subordinação do campo e da agricultura à lógica de acumulação do capital. O modelo de desenvolvimento agrícola adotado no país, ancorado na modernização conservadora baseado na Revolução Verde, intensificou a exclusão dos trabalhadores rurais e camponeses, reforçando a mercantilização da produção alimentar e aprofundando as desigualdades sociais e ambientais.

O estudo evidenciou que, diferentemente do discurso hegemônico que atribui a fome à escassez de alimentos, este fenômeno é resultado direto da contradição estrutural do capitalismo, que subordina a produção e distribuição de alimentos às dinâmicas do mercado global e à extração de mais-valor. Assim, mesmo sendo um dos maiores produtores de commodities do mundo, o Brasil convive com altos índices de insegurança alimentar e voltou ao Mapa da Fome em 2022, refletindo a precarização das políticas públicas e a supremacia dos interesses do agronegócio sobre o direito à alimentação.

A partir da análise da história da luta pela terra, por Reforma Agrária e por condições dignas de reprodução social, podemos concluir que os movimentos sociais do campo, como o MST, representam formas concretas de resistência e construção de alternativas ao modelo hegemônico de agricultura. Nesse sentido, o Plantio Solidário se apresenta como uma experiência de contra-hegemonia, articulando sujeitos coletivos do campo e da cidade na produção agroecológica e na distribuição de alimentos saudáveis para famílias periféricas, tensionando a correlação de forças vigente e fortalecendo a luta pela soberania alimentar.

Com base nas referências de Josué de Castro (1992) e Jean Ziegler (2012), concluímos que a fome não é um problema natural ou técnico, mas político e social, diretamente vinculado à dinâmica capitalista de exploração, exclusão e mercadorização da produção de alimentos. Portanto, sua superação exige uma transformação estrutural da organização fundiária e do sistema produtivo, bem como o fortalecimento das lutas populares que reivindicam a terra como bem comum e não como mercadoria.

Os laços entre a reforma agrária popular, a agroecologia e a soberania alimentar, por meio de mobilizações e resistências tanto no meio rural quanto urbano, podem viabilizar a construção de uma alternativa ao predomínio global do capital sobre o sistema agroalimentar. Essa articulação se apresenta como uma estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais, como a pobreza, a precarização do trabalho, a fome, o êxodo rural e a destruição ambiental,

além de ser uma oposição direta ao modelo exploratório do agronegócio.

A luta pela soberania alimentar está intrinsecamente ligada à defesa da democracia, sendo impulsionada por sujeitos coletivos que, através de sua organização política e de sua atuação nos movimentos sociais, vêm consolidando processos democráticos. Esse caminho aponta para a reconstrução de sistemas alimentares com base na cooperação e na superação da exploração e da opressão inerentes ao modo de produção capitalista.

A agroecologia, além de fortalecer os movimentos sociais, é impulsionada pelas práticas democráticas desses coletivos, que a utilizam como ferramenta essencial na conquista da soberania alimentar. Assim, sua implementação não é apenas uma alternativa produtiva, mas também um instrumento de transformação política, direcionado à construção de um modelo econômico e social mais justo e sustentável.

Nesse contexto, o Plantio Solidário se afirma por meio de ações que promovem o que chamamos de solidariedade ativa. Nessa experiência, voluntários e voluntárias participam de processos formativos para se tornarem agentes multiplicadores da agroecologia e da soberania alimentar, desenvolvendo estratégias de resistência ao modelo agroexportador, que compromete tanto o meio ambiente quanto as relações humanas. Além disso, essa iniciativa fortalece a organização popular, estimula a conscientização política e fomenta novas formas de sociabilidade.

Por meio da participação ativa da sociedade civil, busca-se estabelecer alicerces para um sistema alimentar mais equitativo, saudável e sustentável, ao mesmo tempo em que se fortalece a luta do MST pela agroecologia, pela soberania alimentar e pela reforma agrária popular. Dessa maneira, o Plantio Solidário tem construído uma relação significativa com a sociedade, gerando impactos sociais profundos e promovendo a transformação estrutural do sistema alimentar vigente.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi alcançado. Visto que nos permitiu compreender as conexões históricas e estruturais entre a questão agrária, a insegurança alimentar e as desigualdades socioterritoriais no Brasil. Além disso, possibilitou a análise da experiência do Plantio Solidário como uma estratégia concreta de enfrentamento a essas problemáticas, demonstrando sua relevância tanto na promoção da soberania alimentar quanto no fortalecimento das lutas sociais pelo direito à terra e à produção agroecológica.

Dessa forma, o estudo evidencia que a articulação entre campo e cidade, impulsionada por práticas solidárias e coletivas, se apresenta como uma alternativa viável e necessária para a superação da fome e a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Por fim, espera-se que trabalho contribua para o debate sobre a necessidade de uma

reforma agrária popular e de uma nova matriz produtiva baseada na agroecologia, na autonomia dos povos do campo e na justiça social, reafirmando que a luta contra a fome é, essencialmente, uma luta de classes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986
- BEZERRA, C. S; BOHNENBERGER, E; CAPUCHINHO, M. N; GROSSI, M. A. **Parceria por uma causa: uma análise da relação entre as universidades e os movimentos sociais no Brasil**. In: BRUZIGUESSI, B; BEZERRA, C S; CAPUCHINHO, M. N; JESUS, N. M. de; ALAGOANO, V. M. (org.). Questão agrária e políticas públicas em Minas Gerais: conflitos sociais e alternativas populares. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021. p. 181-202.
- BEZERRA, C. S; GROSSI, M. A.; PIZETTA, A. J. **A parceria UFJF/Escola Nacional Florestan Fernandes – MST: a experiência e a produção de conhecimentos do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos**. Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p. 1-23, fev. 2007. ISSN 1980-8518.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome** – o dilema brasileiro: pão ou ação. 11. ed. Rio de Janeiro, Gryphus, 1992.
- COUTINHO, C. N. O capitalismo monopolista de Estado no Brasil. In: COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- COUTINHO, M. T.; CUNHA, S. E. da. **Os caminhos da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.
- DELGADO, G. da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da Unicamp, Ícone, 1985.
- DIAS, T. B. T. **“Ainda viro este mundo em festa, trabalho e pão”: possibilidades de (re)existência a partir da experiência do Plantio Solidário do MST**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA), Juiz de Fora, 2022.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FIGUEIREDO, R. P. **Extensão rural no Brasil**: novos tempos. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, v. 15, n.4, p. 19-25, jul./ago. 1984.
- FUSER, I. **Etanol: o "verde" enganador**. Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <https://social.org.br/artigo/artigos-portugues/11-etanol-o-verde-enganador> Acesso em: 3 mar. 2025.
- G1. **Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil e melhora qualidade da comida servida em escolas de Castro**; conheça. G1, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/agro-riqueza-campos-gerais/noticia/2024/01/12/agricultura-familiar-produz-70percent-dos-alimentos-consumidos-no-brasil-e-melhora-qualidade-da-comida-servida-em-escolas-de-castro-conheca.ghtml>. Acesso em: 19 set. 2024.
- GOMES, J. G. O. **Forma-ação no Plantio Solidário: a educabilidade do Mutirão**. 2023.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/15594/1/juliaguerradeoliveiragomes.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil**: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: Hucitec, 1997.

GROSSI, M. A.; CAPUCHINHO, M. N.; SOUZA, P. R. de; MACHADO, V. N.; OLIVEIRA, M. E. D. de. **Reforma agrária popular do MST e a construção de alternativas à fome: uma análise da experiência do Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2024

GROSSI, M. A.; CAPUCHINHO, M. N.; SOUZA, P. R. de; MACHADO, V. N.; DIAS, M. Ed. **Reforma agrária e alternativas à fome: o Plantio Solidário na Zona da Mata Mineira**. *Libertas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, p. 444-459, jul./dez. 2024. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/46491/28417>. Acesso em: 4 mar. 2025.

GROSSI, M. A. **Questão ambiental e desafios produtivos e políticos ao MST: a reforma agrária popular e a agroecologia**. In: ARAÚJO, N. M. S. (Org.). Estado, questão ambiental e conflitos socioambientais. São Cristóvão: Editora UFS, 2020. p. 171-188.

GROSSI, M. A. **Questão ambiental no espaço agrário: fissura metabólica e a agroecologia no MST**. Juiz de Fora: UFJF. Anais do Congresso de Geografia Agrária. 2013.

GROSSI, M. A. **Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GUERRA, J.; COSENZA, A.; SCHITTINI, C.; SELLERI, D. **Plantio solidário: a educabilidade do mutirão**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, XII, 2024, Rio de Janeiro: Cadernos de Agroecologia, v. 19, n. 1, 2024.

GUHUR, D.; SILVA, N. **Agroecologia**. In: Dicionário de agroecologia e educação. DIAS, A. et al.; 1.ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

JORNADA DE AGROECOLOGIA, **O que é a jornada?** [2022]. Disponível em:
<https://jornadadeagroecologia.org.br/o-que-e-a-jornada> Acesso em: 08 mar 2025.

LEFF, E. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LINHARES, M. Y; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. [São Paulo: Expressão Popular, 2021].

MACHADO, V. N. **Expressão política da agroecologia na experiência do Plantio Solidário – MST**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024.

MARTINS, A. F. G. **A questão agrária no Brasil: da Colônia ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A Cartilha do MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2005.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Textos para estudo e debate: V Congresso Nacional do MST**. São Paulo, junho de 2007.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. [S. l.]: Arteref, 2019. Disponível em: <https://arteref.com/wp-content/uploads/2019/05/O-Quinze-Rachel-de-Queiroz.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SILVA, J. G. da. **A questão agrária no Brasil**. In: SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2. ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982. Cap. 2, p. 33-43.

SOARES, Gustavo.S. **O que é Agroecologia?** Jornada de Agroecologia, 2022. Disponível em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/2022/06/08/o-que-e-agroecologia/#ancestralidade>. Acesso em: 08 mar. 2025.

SOFI. Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI 2024). FAO/FIDA/WFP/OMS/UNICEF. 2024

STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. Setembro de 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos/>. Acesso em: 30 ago. 2024

STEDILE, J. P. MST, 30. **Muito Além da Distribuição de Terras**. Entrevistado por Igor Carvalho e Glauco Faria. Revista Fórum Semanal, São Paulo, edição 131, jan. 2014. Disponível em:<<http://www.revistaforum.com.br>> Acesso em: 28 jan. 2014.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/10/A-Quest%C3%A3o-Agr%C3%A1ria-no-Brasil-2.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

TRIBUNA DE MINAS. Plantio solidário em JF: projeto promove conscientização

ambiental e ajuda famílias carentes. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/19-02-2025/plantio-solidario-jf.html> . Acesso em: 21 fev. 2025.

YIN, R. K. Pesquisa Qualitativa do início ao fim. São Paulo: Penso, 2016. ZAPPELLINI, M. L.; FEUERSCHÜTTE, S. G.

ZIEGLER, J. A fome lucrativa. Entrevistado por Márcio Zonta. Jornal Brasil de Fato, São Paulo, ano 11, n. 534, p. 13, 23 a 29 de maio de 2013.

ZIEGLER, J. Destrução em massa: geopolítica da fome. Tradução de José Paulo Netto. Preparação de Tiago José Risi Leme. São Paulo: Cortez Editora, 2012.